



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

EDITAL Nº PE 90008 2026/2026

Processo nº 00611137.000015/2025-82

EDITAL Nº 90008/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo SEI nº 00611137.000015/2025-82)

CONTRATANTE:

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA – HRTVM - UASG: 927052

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de materiais médico-hospitalares (bolsas de aspiração de fluidos e secreções)**, destinados a atender as necessidades do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTVM), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a abertura de tal caderno processual em virtude dos esforços atuais de todas as unidades do mundo para a melhoria dos serviços de terapia respiratória e prevenção da disseminação de aerossóis. Diante disso, necessitamos de bolsas coletoras em sistema fechado, que impeçam o contato de secreções contaminadas com o meio externo, protegendo os profissionais e pacientes contra a contaminação cruzada. A utilização de bolsas fechadas dispensa, também, o uso de frascos de aspiração esterilizáveis, diminuindo a sobrecarga da Central de Esterilização de Materiais e facilitando o fluxo de trabalho no hospital.

Salienta-se, também, que o referido sistema já tem sido utilizado desde 2020 nesta unidade hospitalar, com resultados qualitativos expressivos e a manutenção do mesmo é essencial.

VALOR ESTIMADO:

O orçamento estimado para a contratação é de **R\$ 639.071,00 (seiscentos e trinta e nove mil e setenta e um reais)**, sendo o valor unitário máximo por item de **R\$ 90,01 (noventa reais e um centavo)** conforme detalhado na pesquisa mercadológica na pasta 1.

Em atendimento ao disposto no **art. 18, §1º, inciso III da Lei nº 14.133/2021**, tais valores são **públicos e integram o edital**, garantindo a transparência, a isonomia entre os licitantes e o controle social.

MODALIDADE:

[Pregão Eletrônico]

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

[Menor preço por Lote]

JUSTIFICATIVA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR LOTE:

A presente licitação visa à aquisição de bolsas de aspiração em sistema fechado para o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTVM), sistema já utilizado desde 2020 com resultados expressivos e essencial para a terapia respiratória e prevenção de aerossóis. Diante da natureza integrada e complementar dos itens, a adoção do critério **menor preço por lote** é tecnicamente necessária, pois os produtos devem ser compatíveis entre si e do mesmo fabricante para garantir o correto funcionamento do sistema. A aquisição fragmentada comprometeria a compatibilidade técnica, a segurança do paciente e a eficiência operacional. O lote único assegura padronização assistencial, facilita a fiscalização e a gestão contratual, reduz custos logísticos e administrativos, e garante responsabilização uniforme, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público. Assim, a opção pelo **menor preço por lote** é técnica e juridicamente adequada, em consonância com o §1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a Súmula nº 247 do TCU e os princípios constitucionais da administração pública.

MODO DE DISPUTA:

O procedimento de lances obedecerá ao modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, conforme disciplinado no item 6 deste Edital, observando-se, no que couber, as regras das legislações pertinentes.

PREFERENCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

[Não]

MARGENS DE PREFERÊNCIA:

Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

FORMA DA DISPUTA:

Disputa em **sessão pública** através de pregão na forma eletrônica.

Local: (plataforma): <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

PREGOEIRO DA DISPUTA:

Manoel Jácome de Lira

EQUIPE DE APOIO:

Luiz Gonzaga de Azevedo Júnior

Laurismar Gomes da Costa

Lillian Kelly Rocha da Fonseca

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/06/2026

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 09:00 horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 927052

REFERÊNCIA DE TEMPO:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia

CNPJ: 08.241.754/0104-50

End. Rua Projetada, S/N, Bairro Aeroporto – CEP 59607-100 – Mossoró/RN

Email: cpl.hrtm@saude.rn.gov.br; www.compras.rn.gov.br ;

site: www.gov.br/compras – Acesso Identificado sob o nº **927052** (UASG)

TORNA-SE PÚBLICO que o **Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Saúde Pública – SESAP**, através do **Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM**, inscrito no CNPJ sob o nº **08.241.754/0104-50**, com sede na **Rua Projetada, S/N, Bairro Aeroporto, CEP 59607-100, Mossoró/RN**, por meio de seus Agentes de Contratação devidamente designados pela **PORTARIA SEI nº 2200, de 29 de julho de 2024**, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.720, de 31 de julho de 2024, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, no modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023**, da **Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020**, e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

REFERENCIAL

1. DO OBJETO.
2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS.
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.
4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
5. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS.
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO.
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.
9. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PROPONENTE
10. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.
11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.
13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.
14. DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL.
15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.
16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.
17. DA GARANTIA CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
18. DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de materiais médico-hospitalares (bolsas de aspiração de fluidos e secreções)**, destinados a atender as necessidades do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTVM), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será por um único lote, conforme tabela abaixo e constante do Termo de Referência anexo a este edital.

LOTE 1	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.1	Bolsa coletora descartável em “sistema fechado” para armazenagem e descarte de líquidos corpóreos (até 1 litro), flexível, com lacre, confeccionada em material plástico, contendo válvula anti refluxo e válvula anti transbordamento, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com chave de ligar e desligar independente, regulador que garante a pressão ofertada, acompanhada de extensão estéril de 2 m em PVC, descartável, com obturador, e saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.	Unidade	3.314
1.2	Bolsa coletora (PRÉ) descartável em “sistema fechado” para armazenagem e descarte de grandes volumes de líquidos corpóreos (até 2 litros), corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação, com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com botão que permite ligar e desligar de forma automática, vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC 36, que permite a formação de um circuito interligado de 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros, acompanhada de extensão estéril de 3 m em PVC, descartável, com obliterador, e saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.	Unidade	3.390
1.3	Bolsa coletora (FINAL) descartável em “sistema fechado” para armazenagem e descarte de grandes volumes de líquidos corpóreos (até 2 litros), corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação, com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo e válvula hidrofóbica antitransbordamento, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com botão que permite ligar e desligar de forma independente, vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC 36, que permite a formação de um circuito interligado de 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros, acompanhada de saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.	Unidade	396

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

2.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no **Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)**, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, preferencialmente, em campo próprio do sistema eletrônico ou por declaração específica, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação no sistema do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020, bem como à Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total de cada item, valor total do lote e da proposta;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Catálogo/Folder do produto.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;⁵

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. O licitante deverá declarar, no campo próprio da proposta, que o preço ofertado já inclui todos os custos decorrentes das obrigações previstas nos itens 13.4 a 13.16 do Termo de Referência (Anexo I), especialmente a cessão de equipamentos, instalação, manutenção preventiva e corretiva, logística reversa (coleta, transporte e destinação final das bolsas usadas), fornecimento de coletores de resíduos e treinamento da equipe.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado com base no **valor total do lote**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, tanto na fase aberta quanto na fase fechada, será de **RS 100,00 (cem reais)** para o lote.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 20 (vinte) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá conforme o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**.

b) Após o prazo previsto na alínea anterior, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira etapa de lances (fase aberta).

c) Transcorrido o aviso, haverá um segundo período de tempo de até **10 (dez) minutos**, determinado de forma aleatória pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances da fase aberta.

d) Encerrada a fase aberta nos termos da alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante que tenha apresentado a proposta de menor valor e aqueles cujas ofertas sejam até **10% (dez por cento) superiores** à proposta de menor valor possam apresentar um **lance final e fechado**, no prazo de até **5 (cinco) minutos**.

e) O lance final e fechado será **sigiloso** até o encerramento do prazo previsto na alínea anterior, sendo vedada sua identificação pelos demais licitantes durante a fase.

f) Não havendo pelo menos **03 (três) ofertas** nas condições definidas na alínea "d", poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de **03 (três)**, oferecer um lance final e fechado no prazo de até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

g) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

h) Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o **reinício da etapa fechada**, para que os demais licitantes, até o máximo de **03 (três)**, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado no prazo de até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

i) O Pregoeiro poderá, justificadamente, admitir o **reinício da etapa fechada** caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação, nos termos da legislação aplicável e deste Edital.

j) O intervalo mínimo de diferença entre os lances, inclusive para a fase fechada, será de **RS 100,00 (cem reais)** para o lote.

k) O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado no intervalo de **20 (vinte) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

l) Durante a fase fechada, não será permitida a identificação dos lances pelos demais licitantes, sendo vedada nova prorrogação automática.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante a fase de lances, os licitantes não devem manter contato com o pregoeiro ou com os membros da equipe de apoio por qualquer meio (telefone, e-mail, chat privado), sob pena de desclassificação. Qualquer problemática técnica

deverá ser registrada exclusivamente no chat público do sistema, ou questionada após o encerramento da fase de lances.

6.14.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

6.14.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

6.15. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a *10 (dez)* minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas *24 (vinte e quatro)* horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto no art 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de *5 (cinco)* minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF (<https://www.comprasnet.gov.br>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação no SICAF do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexecução, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta, especialmente quanto ao cumprimento das especificações técnicas do objeto, poderá ser solicitada manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área técnica especializada, a fim de subsidiar a decisão quanto à aceitação da proposta.
- 7.12. A aceitabilidade da proposta será condicionada à análise e aprovação técnica do objeto pelo Setor de Fisioterapia do Hospital Regional Tarcísio Maia, mediante PARECER TÉCNICO solicitado pelo Pregoeiro, bem como à verificação da conformidade da proposta com as especificações constantes no Termo de Referência e à análise dos documentos de habilitação, conforme disposições deste edital.
- 7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada através de cartório competente ou por e-mail: cpl.hrtm@saude.rn.gov.br

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133/2021](#).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de [no mínimo 2 (duas) horas], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17-A. Quando exigido parecer técnico do Setor de Fisioterapia (item 7.12), o prazo para sua emissão será de até **5 (cinco) dias úteis** contados da solicitação do Pregoeiro. Transcorrido o prazo sem manifestação, considerar-se-á a documentação ou amostra como aprovada para fins de aceitabilidade da proposta.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

9.1.2. A adjudicação por lote único, e não por itens autônomos, encontra-se tecnicamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (item 8), em razão da interoperabilidade técnica dos três itens (1.1, 1.2 e 1.3), que compõem um sistema integrado de aspiração fechada, sendo tecnicamente inviável o uso conjunto de bolsas de fabricantes distintos no mesmo circuito de aspiração.

9.1.3. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. Habilitação jurídica

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.10. A autorização para o exercício da atividade de distribuidor e fabricante de artigos médico-hospitalares será feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos, conforme Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.5.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

9.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.5.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.5.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.8. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Considerando que os objetos pleiteados seguem regime de Vigilância Sanitária, o distribuidor deverá ser empresa idônea, inspecionada periodicamente, que assegure que a qualidade de seus produtos atende aos requisitos técnicos necessários. Sendo assim, seguindo a Portaria GM/MS nº 2.814 de 29 de maio de 1998, Art. 5º (alteração dada pela Portaria 3.765, de 25 de outubro de 1998), necessitam fornecer, conforme solicitação da instituição, a Licença Sanitária de Funcionamento Estadual ou Municipal bem como a Comprovação da Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa e do fabricante ou importador.

9.6.2. O Licitante deverá apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

9.6.3. Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

9.6.4. Comprovação de Autorização de Funcionamento, conforme Art. 2º e 50 da Lei nº 6.360, concedido pelo Ministério da Saúde;

9.6.5. Apresentar comprovante do registro do insumo na ANVISA ou Comprovante da Notificação Simplificada.

10. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Serão exigidas, no momento da assinatura do contrato, as seguintes Declarações:

10.2. COTAS DE APRENDIZES:

10.2.1. Comprovação do preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto nº 31.902, de 09 de setembro de 2022).

10.2.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD*);

10.3. VAGAS PARA DEFICIENTES FÍSICOS:

10.3.1. No ato de contratação com o Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

10.3.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigações estabelecidas no Decreto-Lei nº 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal nº 9.579/2018 e na Lei Federal nº 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Será admitida fase recursal única, nos termos do §1º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo recursos contra o julgamento das propostas, habilitação ou inhabilitação de licitantes, e contra atos de anulação ou revogação da licitação.

11.2. O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou divulgação do ato recorrível, observado o disposto no art. 165, §1º.

11.3. O licitante que desejar recorrer deverá manifestar sua intenção de recorrer imediatamente após a divulgação do resultado, sob pena de preclusão, nos termos do art. 165, §3º.

11.4. Os recursos deverão ser apresentados por meio do campo próprio do sistema eletrônico ou, quando cabível, em petição formal dirigida à autoridade competente.

11.5. A autoridade que proferiu o ato recorrível poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, caso não o faça, encaminhará o recurso à autoridade superior, que deverá proferir decisão final no mesmo prazo, contados do recebimento dos autos, em conformidade com o art. 165, §4º.

11.6. O licitante terá direito de vista aos autos do processo, mediante solicitação formal, para fundamentar sua defesa e apresentar contrarrazões, conforme art. 165, §3º.

11.7. Os recursos interpostos fora do prazo legal não serão conhecidos.

11.8. O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.9. A interposição de recurso não suspenderá automaticamente os efeitos do ato recorrível, salvo quando expressamente concedido efeito suspensivo pela autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento, respeitando-se os princípios da eficiência e economicidade.

11.11. Os autos do processo permanecerão disponíveis para vista dos interessados no sítio eletrônico [SEI RN](#), garantindo ampla publicidade e transparência.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), as seguintes sanções:

12.1.1. advertência;

12.1.2. multa;

12.1.3. impedimento de licitar e contratar;

12.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos produtos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos itens em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.3. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

12.4. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.5. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.6. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2023](#), a SESAP regulamentou a forma do cômputo e as consequências da soma de diversas

sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

12.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

12.8. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

12.8.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.8.2. pagamento da multa;

12.8.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

12.8.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

12.8.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13 - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. Do fiscal de contrato

13.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117).

13.7. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

13.7.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

13.7.2 anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

13.7.3 fiscalizar a execução do contrato para serem cumpridas todas as condições estabelecidas;

13.7.4 comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade;

13.7.5 exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

13.7.6 manter contato com o preposto da Contratada e, caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas;

13.7.7 efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

13.7.8 sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

13.7.9 notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais;

13.7.10 desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

13.8 O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art. 49).

14 - DA ENTREGA DO OBJETO

14.1. Condições de Entrega

14.1.1. O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

14.1.2. Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues das 08:00 às 12:00 e de segunda a sexta-feira, na unidade descrita abaixo, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA:

Hospital Regional Tarcísio Maia - Rua Projetada, S/Nº - Bairro Aeroporto - CEP: 59607-100 - Mossoró/RN - Setor: CAF - Tel: (84) 3315-3408 - e-mail: cafrtm@gmail.com

14.1.3. As entregas serão divididas em até 03 (três) parcelas, dimensionadas de acordo com a necessidade e a critério da CONTRATANTE.

14.1.4. Não caberá à CONTRATADA usar dessa possibilidade para retardar a entrega e, no caso de ocorrência, incidirão as sanções administrativas e penalidades.

14.1.5. A solicitação será feita pelo Setor de Fisioterapia ou Coordenação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) da unidade à CONTRATADA mediante contato por correio eletrônico ou outro sistema telemático a critério da CONTRATANTE.

14.1.6. É de responsabilidade da transportadora/empresa licitada a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete, caso a carga esteja paletizada como indicado pelo fabricante. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega; o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's. Os veículos devem ser dedicados exclusivamente ao transporte de medicamentos ou outros insumos de saúde, com todas autorizações e licenças sanitárias pertinentes a esse processo.

14.1.7. A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS, por meio do site www.saude.rn.gov.br

14.1.8. Os produtos entregues serão de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

14.1.9. A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal; caso isso ocorra, motivará o não recebimento do produto.

14.1.10. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.1.11. Os bens serão recebidos definitivamente, independente do valor, em até 10 (dez) dias úteis após entrega total dos itens do empenho, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

14.1.12. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.1.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.1.14. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.1.15. Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Recebimento do Objeto

15.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

15.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.1.7 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.2 Liquidação

15.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

15.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.2.3.1 o prazo de validade;

15.2.3.2 a data da emissão;

15.2.3.3 os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;

15.2.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

15.2.3.5 o valor a pagar; e

15.2.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

15.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

15.2.7 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

15.2.8 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.2.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.2.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.2.11 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

15.2.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.3 Prazo de pagamento

15.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

15.3.2 No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

15.4 Forma de pagamento

15.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

15.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.4.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.5 Antecipação de pagamento

15.5.1 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

16 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

“A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.”

16.1.1. A decisão de não exigir garantia de execução fundamenta-se nos critérios legais e na avaliação do presente processo, considerando o baixo vulto financeiro da contratação, o baixo nível de complexidade técnica, o baixo risco de execução, a natureza do objeto, caracterizado por equipamento/produto de pronta entrega, a ampliação da competitividade e estímulo à participação mercadológica, bem como a observância das garantias legais já previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e no Termo Contratual.

16.1.2. A não exigência de garantia de execução não exime a Contratada das responsabilidades contratuais e legais decorrentes do contrato, que deverão ser integralmente cumpridas, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no Termo Contratual.

16.1.3. Caso, durante a execução do contrato, seja identificada necessidade de proteção adicional da Administração ou aumento de risco, poderá ser avaliada a adoção de garantias complementares, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

17 - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTENCIA TÉCNICA

17.1. O prazo de garantia contratual dos Insumos, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

17.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

17.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

18 - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

18.1. Do Reajuste

18.1.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato, contados da data do orçamento estimado que fundamentou a contratação, conforme dispõe o art. 134, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

18.1.2. Após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, poderá ser concedido reajuste, mediante solicitação formal da contratada, com base em índice de preços geral que reflita a variação efetiva dos custos do objeto contratado, nos termos do art. 25, § 7º, art. 92, § 7º, e art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.3. Para fins de atualização, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações cuja execução ocorra após a ocorrência da anualidade.

18.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data do último reajuste concedido.

18.1.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será aplicado provisoriamente o último índice conhecido, devendo ser efetuada a compensação de eventuais diferenças tão logo seja divulgado o índice definitivo. A contratada deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajuste sempre que este ocorrer.

18.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação vigente; na ausência de previsão legal, as partes elegerão, de comum acordo, novo índice oficial por meio de termo aditivo.

18.1.7. O reajuste será formalizado por apostilamento, conforme art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

18.1.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado pela contratada com apresentação de memória de cálculo. A contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para se manifestar, a contar do recebimento do pedido completo.

18.2. Da Repactuação

18.2.1. Nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, será admitida a repactuação visando à adequação dos valores do contrato para a recomposição da variação efetiva dos custos de mão de obra, desde que:

- a) seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento que fundamentou a proposta;
- b) haja solicitação formal e comprovação analítica da variação dos custos pela contratada;
- c) seja comprovada a ocorrência de fatos novos, devidamente justificados e documentados, que alterem os custos de mão de obra.

18.2.2. A repactuação será formalizada mediante termo aditivo ao contrato.

18.3. Da Atualização Monetária

18.3.1. Os pagamentos efetuados com atraso em relação à data prevista no contrato serão corrigidos monetariamente desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, com base na variação do índice oficial aplicado à atualização dos débitos da Fazenda Pública (IPCA-E ou outro que venha a **substituí-lo**), **acrescidos de juros legais, conforme art. 137, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.**

19 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (*três*) dias úteis antes da data da **abertura do certame**.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (Diário Oficial do Estado do RN) no prazo de até 3 (*três*) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

<< cpl.hrtm@saude.rn.gov.br >>.

19.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro ou agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico, garantindo ampla publicidade e transparência aos atos do certame.

20.2. Na hipótese de inexistência de expediente ou de ocorrência de fato superveniente que impeça a realização do certame na data designada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário previamente estabelecido, salvo comunicação em sentido diverso pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, resguardando-se o interesse público e os princípios da Administração Pública.

20.5. As normas que regem a licitação deverão ser interpretadas de modo a ampliar a competitividade entre os interessados, desde que tal interpretação não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a economicidade e a segurança da contratação, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do certame.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que os prazos somente terão início e vencimento em dias de expediente da Administração.

20.8. O descumprimento de exigências meramente formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e não haja comprometimento à isonomia, à razoabilidade e ao interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que integram o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

20.10. O Edital, seus anexos e os atos correlatos estarão disponíveis, na íntegra, para consulta pública no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Norte, assegurando publicidade e transparência.

20.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

20.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

20.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

20.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Final

20.12. O prazo para interposição de recursos, impugnações ou manifestações relativas ao certame observará os limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla defesa e contraditório aos licitantes.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, Pregoeiro (validador) e pela autoridade responsável por sua aprovação, com fulcro no Regimento Interno da SESAP, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA KARINA DA SILVA FREIRE NOBREGA DE ARAUJO, Diretora Geral**, em 09/06/2026, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41894844** e o código CRC **EF28A2F3**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(SEI ID Nº 41293559)

Termo de Referência

Processo nº 00611137.000015/2025-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais médico-hospitalares (bolsas de aspiração de fluidos e secreções), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para consumo de 09 (nove) meses.

LOTE 1	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. HRTVM
1.1	Bolsa coletora descartável em "sistema fechado" para armazenagem e descarte de líquidos corpóreos (até 1 litro), flexível, com lacre, confeccionada em material plástico, contendo válvula anti refluxo e válvula anti transbordamento, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com chave de ligar e desligar independente, regulador que garante a pressão ofertada, acompanhada de extensão estéril de 2 m em PVC, descartável, com obturador, e saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.	Unidade	3.314
1.2	Bolsa coletora (PRÉ) descartável em "sistema fechado" para armazenagem e descarte de grandes volumes de líquidos corpóreos (até 2 litros), corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação, com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com botão que permite ligar e desligar de forma automática, vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC 36, que permite a formação de um circuito interligado de 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros, acompanhada de extensão estéril de 3 m em PVC, descartável, com obliterador, e saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.	Unidade	3.390
1.3	Bolsa coletora (FINAL) descartável em "sistema fechado" para armazenagem e descarte de grandes volumes de líquidos corpóreos (até 2 litros), corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação, com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo e válvula hidrofóbica antitransbordamento, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com botão que permite ligar e desligar de forma independente, vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC 36, que permite a formação de um circuito interligado de 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros, acompanhada de saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.	Unidade	396

HRTVM: Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Motivação da Contratação

3.1.1 A Fundamentação da Contratação encontra-se no tópico nº 2 e o detalhamento de seus quantitativos no tópico nº 6 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) revisado, apêndice deste Termo de Referência, incluso nos autos deste processo.

3.1.2 Informa-se a proposta orçamentária para o exercício de 2026 para os itens deste processo na atividade 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências, Elemento da Despesa: 33.90.30.36 - Material Hospitalar (LRF, Art. 18) e Fonte: 0.5.00.000600 - Recursos não vinculados de Impostos.

3.2 Declaração de Viabilidade

3.2.1 Análise de alternativas

A mesma função de aspirar e coletar secreções corpóreas pode ser realizada por frascos de aspiração em rede de ar comprimido ou vácuo. Observa-se, porém, que esta alternativa oferece maior perigo de contaminação por contato e aerossóis. Desta forma, ratifica-se que as bolsas em sistema fechado são a melhor alternativa para o fim proposto, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

3.2.2 Justificativa da Escolha

O sistema de aspiração fechado utilizando bolsas diminui o risco de infecção para a equipe, pois não há necessidade de desconexão constante dos circuitos para a retirada da secreção. O sistema também não emite aerossóis no ambiente, o que diminui a contaminação de vias aéreas.

Trabalhos científicos robustos embasam o relato anterior:

a) Trabalho publicado na Chinese Medical Journal selecionou 60 pacientes em Terapia Intensiva e observou que aqueles aspirados por sistema de aspiração aberto apresentaram maior contaminação do ambiente próximo a eles, disseminando para pacientes e objetos inanimados;

b) Trabalho publicado na revista Anesthesia & Analgesia demonstrou que o sistema fechado pode diminuir a co-contaminação entre sistemas gástrico e respiratório.

Referências utilizadas:

- Rabitsch W, Köstler WJ, Fiebigler W, et al. Closed suctioning system reduces cross-contamination between bronchial system and gastric juices. *Anesth Analg*. 2004 Sep;99(3):886-92. PMID: 15333426.
- Yu HJ, Zhu XY, Xu SA, Cao WZ, Yu YS. Effect of Closed Suctioning on Reducing the Contamination Released into the Environment. *Chin Med J (Engl)*. 2017 Jul 20;130(14):1745-1746. PMID: 28685730; PMCID: PMC5520567.

Observa-se, então, que o sistema diminui o risco para os pacientes internados na mesma unidade e para os profissionais.

3.2.3 Adequação Legal

3.2.3.1 A RDC 63, de 25 de novembro de 2011, na seção II - Da segurança do paciente, Art. 8º, determina que o serviço de saúde deve estabelecer estratégias e ações voltadas para Segurança do Paciente, tais como ações de prevenção e controle de eventos adversos relacionados à assistência à saúde, e que o Serviço de Saúde deverá prover mecanismos para garantir segurança cirúrgica;

3.2.3.2 A RDC 36, de 25 de julho de 2013, institui ações com o objetivo de promoção da segurança do paciente e a melhoria da qualidade nos serviços de saúde, dentre elas a adoção de melhoria contínua dos processos de cuidado e do uso de tecnologias da saúde;

3.2.3.3 A NR-32 tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral;

3.2.3.4 A RDC 222 dispõe sobre o gerenciamento dos Resíduos Gerados nos Serviços de Saúde - RSS, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;

3.2.3.5 A Resolução CONAMA nº 358 dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;

3.2.3.6 Os princípios da biossegurança visam empregar medidas técnicas, administrativas e normativas para prevenir acidentes, preservando a saúde pública e o meio ambiente;

3.2.3.7 Os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais mencionadas, desde o momento de sua geração até a sua destinação final;

3.2.3.8 A Portaria MS nº 196, de 24 de junho de 1993, instituiu a implantação de CCIHs em todos os hospitais do país, e com ela o aumento da utilização de materiais descartáveis;

3.2.3.9 A reutilização de produtos (frascos de vidro ou plástico), além de estar em total desacordo com a NR-32 e a RDC 222, requer manipulação e lavagem, que necessitam do emprego de produtos químicos, os quais são dispensados nos esgotos públicos sem tratamento;

3.2.3.10 O art. 3º, inciso XXXIV, da RDC 222 dispõe sobre a logística reversa como instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

3.2.3.11 O art. 49 da RDC 222 dispõe que os recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre, devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada;

3.2.3.12 Esta instituição é credenciada pelo Sistema Único de Saúde para realização de procedimentos médicos de urgência/emergência e internações, tendo como responsabilidade oferecer assistência ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se exigências legais. Esta aquisição irá proporcionar a assistência aos pacientes admitidos neste nosocômio de maneira adequada e segura, facilitando a atuação do profissional de saúde, proporcionando-lhe condições favoráveis de trabalho.

3.2.4 Impacto e Benefícios Esperados

Espera-se menor número de infecções cruzadas nas unidades de internamento e cirúrgica. Este benefício torna-se superlativo quando se observa o grande número de pacientes com doenças infectocontagiosas atendidos nas unidades hospitalares.

Os sistemas fechados de aspiração possuem filtros que protegem a rede de gases, o que diminui a chance de obstrução e mantém a rede funcionando.

Além do supracitado, a utilização de bolsas descartáveis diminui a necessidade de esterilização constante dos frascos de aspiração. Os frascos devem ser esterilizados a cada 24 horas, o que sobrecarrega a Central de Esterilizações e aumenta os custos com insumos no hospital.

3.2.5 Plano de Implementação

As bolsas de aspiração serão utilizadas nas três unidades de Terapia Intensiva do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, enfermarias, Pronto Socorro, Unidade Semi-Intensiva, assim como no Centro Cirúrgico. A Central de Abastecimento Farmacêutico será a responsável pelo armazenamento e a Farmácia Central pela distribuição. Os setores demandantes realizarão a avaliação diária da necessidade e farão o pedido conforme necessidade.

Salienta-se que este sistema já tem sido implementado na Unidade Hospitalar desde o ano de 2020, na ocasião da Pandemia do Coronavírus. O fluxo de abastecimento e distribuição tem seguido sem dificuldades pelas equipes envolvidas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A aquisição das bolsas através de Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico abastecerá o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia pelo período de 09 (nove) meses, com itens que não são fornecidos regularmente pela UNICAT e não têm Registro de Preços vigente na SESAP.

4.2 As licitantes deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para o fornecimento.

4.3 Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro do prazo de um ano.

4.4 A aquisição será em quantidade solicitada conforme os quantitativos adequados para cada quadrimestre, levando-se em conta o estoque físico disponível da unidade solicitante, demanda interna e as possíveis sazonalidades para o referido item.

4.5 Após emissão do empenho, a Unidade deverá enviar cópia ao fornecedor e solicitar a entrega com prévio agendamento.

4.6 Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues em horário comercial, das 08:00 às 12:00h, no hospital descrito abaixo, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA:

Hospital Regional Tarcísio Maia - Rua Projetada, S/Nº - Bairro Aeroporto - CEP: 59607-100 - Mossoró/RN - Setor: CAF - Tel: (84) 3315-3408 - e-mail: cafhrtm@gmail.com

4.7 É de responsabilidade da transportadora/empresa licitada a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega, o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's.

4.8 A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS, por meio do site www.saude.rn.gov.br

4.9 O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

4.10 Os produtos entregues serão de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

4.11 A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal; caso isso ocorra, motivará o não recebimento do produto.

4.12 Os bens serão recebidos provisoriamente de imediato no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.13 Os bens serão recebidos definitivamente, independente do valor, em até 10 (dez) dias úteis após entrega total do empenho, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

4.14 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.15 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.16 Os fornecedores deverão apresentar bula e/ou manual do usuário, com versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso, de todos os produtos entregues.

4.17 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.18 Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.19 Após o recebimento definitivo, o item deverá ser devidamente estocado e colocado para dispensa nas unidades hospitalares.

4.20 Itens decorrentes deste processo que futuramente sejam passíveis de descarte deverão ser encaminhados para empresa especializada na prestação de serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde com fornecimento de Certificado de Destinação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

5.1.1 Especificações técnicas;

5.1.2 Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

5.1.3 Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;

5.1.4 Prazo de validade da proposta;

5.1.5 Origem (nacional ou estrangeiro);

5.1.6 Número de registro ou declaração de isenção de registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

5.2 Na proposta a ser enviada pelo licitante, a comprovação dos registros dos medicamentos e/ou materiais médico-hospitalares ou da declaração da isenção do registro deverá ser efetuada através de:

5.2.1 Cópia da Publicação no D.O.U. - Diário Oficial da União; ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária; ou

5.2.2 Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

5.3 Ficará a cargo do proponente provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

5.4 No caso de exercício de atividade de fabricação, importação ou distribuição de medicamentos e materiais de uso em saúde, o licitante deverá anexar, juntamente com a proposta, os seguintes documentos:

5.4.1 Autorização para Funcionamento (AFE), expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador;

5.4.2 Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.

5.5 O licitante deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental.

Sustentabilidade

5.6 Os insumos ofertados devem observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação em vigor.

5.7 É de responsabilidade do fornecedor as condições de conservação dos produtos entregues, resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

5.8 Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, aderência ao produto, umidade, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem de acordo com a legislação vigente.

5.9 Todo material deverá, OBRIGATORIAMENTE, trazer impresso o nº do lote, data de fabricação e validade.

5.10 Os produtos a serem fornecidos devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

5.11 Obedecer aos critérios de sustentabilidade baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.12 Para cada item cotado deverá ser ofertada uma única marca. Caso o fabricante não disponha do item, sua substituição devido a fator superveniente deverá cumprir os critérios estabelecidos na qualificação técnica deste Termo de Referência.

Subcontratação

5.13 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Garantia da contratação

5.14 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Garantia de execução

5.15 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme detalhada motivação a seguir.

5.15.1 Conforme dispõe o caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021: "A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos".

5.15.2 A opção pela NÃO exigência de garantia de execução fundamenta-se nos seguintes elementos objetivos:

- a) Baixo vulto financeiro da contratação;
- b) Baixa complexidade técnica do objeto — material médico-hospitalar de consumo, com especificações usuais de mercado;
- c) Pronta entrega — o objeto é entregue de uma só vez ou em parcelas pré-definidas, sem obrigações continuadas que justifiquem retenção de garantia;
- d) Histórico positivo de utilização do sistema desde 2020 no HRTVM, com fluxo de abastecimento consolidado;
- e) Existência de outros mecanismos legais de proteção (sanções administrativas dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, retenção de pagamento, Código de Defesa do Consumidor);
- f) Ampliação da competitividade — a exigência de garantia tende a restringir a participação de pequenas e médias empresas (TCU, Acórdão nº 1.214/2013-Plenário);
- g) Mapeamento prévio dos riscos na Análise de Riscos anexa aos autos, com previsão de ações preventivas e contingenciais adequadas;
- h) Princípio da proporcionalidade — a exigência de garantia mostrar-se-ia desproporcional aos riscos efetivos da contratação.

5.15.3 Pelo exposto, a dispensa da garantia de execução para a presente contratação revela-se tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e administrativamente vantajosa, sem prejuízo da plena proteção do interesse público pelos demais mecanismos legais aplicáveis.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1 O prazo de entrega deverá ser, no máximo, de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

6.2 Os itens, objeto desta aquisição, deverão ser entregues das 08:00 às 12:00 e de segunda a sexta-feira, na unidade descrita abaixo, devendo o ônus da entrega do material, inclusive frete, ser por conta exclusiva da CONTRATADA:

Hospital Regional Tarcísio Maia - Rua Projetada, S/Nº - Bairro Aeroporto - CEP: 59607-100 - Mossoró/RN - Setor: CAF - Tel: (84) 3315-3408 - e-mail: cafhrtm@gmail.com

6.3 As entregas serão divididas em até 03 (três) parcelas, dimensionadas de acordo com a necessidade e a critério da CONTRATANTE.

6.3.1 Não caberá à CONTRATADA usar dessa possibilidade para retardar a entrega e, no caso de ocorrência, incidirão as sanções administrativas e penalidades.

6.4 A solicitação será feita pelo Setor de Fisioterapia ou Coordenação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) da unidade à CONTRATADA mediante contato por correio eletrônico ou outro sistema telemático a critério da CONTRATANTE.

6.5 É de responsabilidade da transportadora/empresa licitada a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validades, lotes, e acomodar os volumes no palete, caso a carga esteja paletizada como indicado pelo fabricante. A falta de ajudantes acarretará na devolução da entrega; o mesmo acontecerá se estiverem sem EPI's. Os veículos devem ser dedicados exclusivamente ao transporte de medicamentos ou outros insumos de saúde, com todas autorizações e licenças sanitárias pertinentes a esse processo.

6.6 A SESAP não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas. Qualquer transação comercial de contratação de ajudantes não é de responsabilidade da SESAP e não pode ocorrer nas instalações dos locais de recebimento. Cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS, por meio do site www.saude.rn.gov.br

6.7 Os produtos entregues serão de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, quando da entrega dos mesmos, ou seja, uma vida útil não inferior ao período de um ano a partir da entrega dos produtos na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

6.8 A Nota Fiscal deve conter: denominação genérica conforme a Nota de Empenho e o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número de empenho, número do processo e número da Ata de Registro de Preços (quando houver). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal; caso isso ocorra, motivará o não recebimento do produto.

6.9 Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.10 Os bens serão recebidos definitivamente, independente do valor, em até 10 (dez) dias úteis após entrega total dos itens do empenho, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

6.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.13 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.14 Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Do fiscal de contrato

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117).

7.7 Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

7.7.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

7.7.2 anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

7.7.3 fiscalizar a execução do contrato para serem cumpridas todas as condições estabelecidas;

7.7.4 comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade;

7.7.5 exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

7.7.6 manter contato com o preposto da Contratada e, caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas;

7.7.7 efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

7.7.8 sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7.7.9 notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais;

7.7.10 desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

7.8 O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art. 49).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento do Objeto

8.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1 o prazo de validade;

8.2.3.2 a data da emissão;

8.2.3.3 os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;

8.2.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.2.3.5 o valor a pagar; e

8.2.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

8.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.2.7 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.2.8 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.2.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.11 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.2.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3 Prazo de pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2 No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

8.4 Forma de pagamento

8.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5 Antecipação de pagamento

8.5.1 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

9.2 A adjudicação por lote único, e não por itens autônomos, encontra-se tecnicamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (item 8), em razão da interoperabilidade técnica dos três itens (1.1, 1.2 e 1.3), que compõem um sistema integrado de aspiração fechada, sendo tecnicamente inviável o uso conjunto de bolsas de fabricantes distintos no mesmo circuito de aspiração.

9.3 Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual nº 8.966, de 21 de junho de 2007.

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14 A autorização para o exercício da atividade de distribuidor e fabricante de artigos médico-hospitalares será feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos, conforme Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014;

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.24 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.26 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

9.27 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30 Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

Qualificação Técnica

9.31 Considerando que os objetos pleiteados seguem regime de Vigilância Sanitária, o distribuidor deverá ser empresa idônea, inspecionada periodicamente, que assegure que a qualidade de seus produtos atende aos requisitos técnicos necessários. Sendo assim, seguindo a Portaria GM/MS nº 2.814 de 29 de maio de 1998, Art. 5º (alteração dada pela Portaria 3.765, de 25 de outubro de 1998), necessitam fornecer, conforme solicitação da instituição, a Licença Sanitária de Funcionamento Estadual ou Municipal bem como a Comprovação da Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa e do fabricante ou importador.

9.32 O Licitante deverá apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

9.32.1 Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

9.32.2 Comprovação de Autorização de Funcionamento, conforme Art. 2º e 50 da Lei nº 6.360, concedido pelo Ministério da Saúde;

9.32.3 Apresentar comprovante do registro do insumo na ANVISA ou Comprovante da Notificação Simplificada.

9-A. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

9-A.1 Em atenção ao disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021 e em resposta à recomendação exarada pela Procuradoria-Geral do Estado no Parecer nº 176/2026/PGE, apresenta-se a seguir a motivação técnico-jurídica das exigências de qualificação previstas neste Termo de Referência.

9-A.2 Da Qualificação Econômico-Financeira (Súmula 289/TCU)

9-A.2.1 A exigência de índices contábeis (Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, todos superiores a 1) constante do item 9.25 deste Termo de Referência tem por finalidade selecionar fornecedores com aptidão econômico-financeira suficiente para

assegurar a execução integral do contrato, em conformidade com o disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e em estrita observância à Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União.

9-A.2.2 Reproduce-se o teor da Súmula 289/TCU para fins de fundamentação:

"A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade."

9-A.2.3 As exigências previstas neste Termo de Referência atendem integralmente aos requisitos da referida Súmula, conforme demonstrado a seguir:

9-A.2.3.1 Justificativa para a exigência:

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 69, §§ 1º, 2º e 5º, trata dos índices econômicos os quais se destinam exclusivamente à seleção dos licitantes com aptidão econômico-financeira suficiente para assegurar a execução integral do contrato. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução contratual, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação assumida.

Por conseguinte, a licitante interessada deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com todas as obrigações contratuais, suportar possível delonga no pagamento. A legislação, de certo modo, estabelece condições mais favoráveis à Administração (contratante) do que à empresa vencedora da licitação (contratada), uma vez que a empresa contratada deverá aguardar o prazo de pagamento, que geralmente é de 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos de cobrança, bem como deve suportar o atraso de até 02 (dois) meses, contados da emissão da Nota Fiscal (art. 137, § 2º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021), para, só então, poder pleitear a extinção da obrigação contratual.

9-A.2.3.2 Parâmetros atualizados de mercado:

Os índices LG, SG e LC, todos superiores a 1 (um), constituem parâmetros consagrados pelo mercado público nacional e adotados de forma consolidada em contratações similares pela Administração Pública. São, ademais, os mesmos índices que constam dos modelos institucionais de Termo de Referência da SESAP/RN para aquisição de materiais médico-hospitalares. Tais índices são frequentemente aplicados em pregões eletrônicos para aquisição de bens de natureza comum, sem se mostrarem restritivos à participação de empresas idôneas.

9-A.2.3.3 Adequação às características do objeto licitado:

A presente contratação envolve fornecimento de materiais médico-hospitalares de uso assistencial direto, com obrigações acessórias relevantes (cessão de equipamentos em comodato, logística reversa de resíduos infectantes, treinamento das equipes assistenciais). Tais obrigações demandam da contratada estabilidade financeira mínima para honrar compromissos continuados ao longo da execução contratual, justificando a exigência dos índices mencionados.

9-A.2.3.4 Vedação à inclusão de rentabilidade ou lucratividade:

Os três índices exigidos (LG, SG e LC) são índices de liquidez/solvência, calculados exclusivamente a partir de valores patrimoniais (Ativo e Passivo), conforme fórmulas explicitadas no item 9.25 deste Termo. Nenhum dos índices envolve componentes de rentabilidade ou lucratividade (como Margem Líquida, ROE, ROA etc.), atendendo plenamente à vedação contida na parte final da Súmula 289/TCU.

9-A.2.3.5 Da inexigibilidade restritiva:

Adicionalmente, o item 9.26 deste Termo prevê expressamente a alternativa de comprovação por meio de capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado, conforme art. 69, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021. Tal alternativa amplia significativamente o universo de licitantes aptos, mitigando o risco de restrição indevida à competitividade, em consonância com a jurisprudência do TCU (Acórdão TCU nº 1.291/2011-Plenário, entre outros).

9-A.3 Da Qualificação Técnica

9-A.3.1 As exigências de qualificação técnica previstas no item 9.31 e seguintes deste Termo de Referência têm por objetivo assegurar que a futura contratada esteja regularmente habilitada perante os órgãos sanitários competentes (ANVISA e Vigilância Sanitária Estadual/Municipal), garantindo:

- a) Que os produtos a serem entregues são regularmente registrados/notificados na ANVISA, em conformidade com a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto nº 8.077/2013;
- b) Que a empresa fornecedora possui Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, condição indispensável para a comercialização de materiais médico-hospitalares;
- c) Que o estabelecimento conta com Licença Sanitária estadual ou municipal vigente, comprovando a regularidade da operação;
- d) Que a empresa atende aos requisitos técnicos e operacionais para o exercício da atividade, conforme art. 3º do Decreto nº 8.077/2013.

9-A.3.2 As exigências encontram-se restritas ao rol previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria GM/MS nº 2.814/1998 (com alteração pela Portaria nº 3.765/1998), não havendo extrapolação dos parâmetros legais.

9-A.3.3 Tais exigências resguardam a Administração de eventuais aquisições de produtos para saúde de empresas irregulares perante aos órgãos de fiscalização, sendo medida de prudência administrativa e de proteção ao paciente atendido pelo Sistema Único de Saúde.

9-A.4 Da Vedação à Participação de Empresas em Consórcio

9-A.4.1 A formação de consórcio em certame licitatório está prevista no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, conferindo à Administração discricionariedade para admiti-la ou não no instrumento convocatório.

9-A.4.2 No presente caso, opta-se por NÃO admitir a participação de consórcios, considerando que:

- a) O objeto da contratação é de natureza comum, amplamente comercializado por diversos fornecedores nacionais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (item 4.3.4);
- b) Existem múltiplas empresas com capacidade técnica e financeira para fornecer o objeto integralmente, dispensando a necessidade de associação;
- c) A formação de consórcios em contratações de menor complexidade pode propiciar a formação de conluíus ou cartéis, com prejuízo à competitividade efetiva.

9-A.4.3 A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que: "a decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade" (Acórdão TCU nº 1.711/2011-Plenário).

9-A.4.4 No caso concreto, a vedação à formação de consórcio visa precisamente afastar restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer o objeto reduziria o número de licitantes independentes.

9-A.5 Do Sigilo do Valor Estimado

9-A.5.1 Com a finalidade de garantir plena disputa entre os participantes do certame, opta-se pelo SIGILO do orçamento estimado, fundamentado no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual, desde que justificado (no preâmbulo do edital), o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 Valor total estimado da contratação

10.1.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 596.400,00 (quinhentos e noventa e seis mil e quatrocentos reais), conforme detalhamento da memória de cálculo apresentada nos itens subsequentes.

10.2 Memória de cálculo

10.2.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em contratação similar feita pela Administração Pública no período de até 01 (um) ano anterior, em conformidade com o art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme detalhamento que segue:

Item	Descrição resumida	Valor unitário (R\$)	Quantidade (9 meses)	Valor total (R\$)
1.1	Bolsa coletora 1 litro	84,00	3.314	278.376,00
1.2	Bolsa coletora PRÉ 2 litros	84,00	3.390	284.760,00
1.3	Bolsa coletora FINAL 2 litros	84,00	396	33.264,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				596.400,00

10.3 Parâmetros e fontes utilizadas

10.3.1 O valor unitário referencial de R\$ 84,00 corresponde ao valor efetivamente praticado em contratação anterior da própria unidade hospitalar, conforme documentação acostada aos autos do processo SEI nº 00611137.000037/2024-61, com lastro nos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal nº 59540 (ID 36435216), emitida pela empresa contratada;

b) Nota de Lançamento (ID 36665476), referente ao processo correlato nº 00610281.000432/2025-07.

10.3.2 Adicionalmente, foi realizada consulta preliminar ao Banco de Preços em Saúde (BPS) em novembro/2025, como balizador de mercado, conforme detalhamento constante do Estudo Técnico Preliminar (item 4.3.4).

10.4 Análise de razoabilidade do valor estimado

10.4.1 A pesquisa preliminar de mercado identificou que o objeto pretendido é ofertado no mercado público com valores unitários compreendidos entre R\$ 82,00 e R\$ 94,86, com média nacional de R\$ 90,01.

10.4.2 O valor unitário de R\$ 84,00 adotado neste Termo:

a) Encontra-se dentro da faixa de mercado identificada;

b) Está abaixo da média nacional, indicando vantajosidade econômica para a Administração;

c) É superior ao menor valor identificado (R\$ 82,00), o que confere razoabilidade à estimativa e mitiga o risco de licitação fracassada por subestimação.

10.5 Pesquisa de preços formal complementar

10.5.1 A pesquisa de preços formal realizada pelo setor competente do HRTVM, em 04/02/2026, encontra-se materializada nos documentos:

a) Pesquisa de Preços (SEI nº 39181949);

b) Justificativa da metodologia (SEI nº 39181962);

c) Análise crítica de preços (SEI nº 39181956).

10.5.2 Tais documentos integram os autos deste processo e foram elaborados em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 O pagamento desta despesa está previsto na programação orçamentária abaixo:

11.1.1 Projeto/Atividade: 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências;

11.1.2 Fonte: 0.5.00.000600 - Recursos não vinculados de Impostos;

11.1.3 Elemento da Despesa: 33.90.30.36 - Material Hospitalar.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 São obrigações da Contratante:

12.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

12.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

12.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.7 Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

12.1.8 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1 Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições e arcar com os custos de entrega, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote e quantidade;

13.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

13.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.5 Atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

13.1.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020;

13.1.7 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

13.1.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

13.1.9 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

13.3 Fornecer apoio técnico e treinamento para uso do(s) produto(s) contidos no presente Termo de Referência.

13.4 Da cessão de equipamentos (dispositivos de drenagem)

13.4.1 A empresa vencedora do item 1.1 do lote 1 está obrigada a fornecer, na forma de cessão, sem ônus para o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM, 40 (quarenta) unidades de Dispositivos de Drenagem compatíveis com as bolsas coletoras, além de instalar, colocar em funcionamento e realizar as manutenções (preventiva e corretiva) do referido equipamento. A bolsa deverá acompanhar saco de lixo na cor vermelha, para correto descarte do material infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306. Todos os itens do lote deverão ter registro na ANVISA.

13.4.2 A empresa vencedora dos itens 1.2 e 1.3 do lote 1 está obrigada a fornecer, na forma de cessão, sem ônus para o HRTVM, 05 (cinco) unidades de Dispositivos de Drenagem compatíveis com as bolsas coletoras, além de instalar, colocar em funcionamento e realizar as manutenções (preventiva e corretiva) do referido equipamento. As bolsas deverão acompanhar saco de lixo na cor vermelha, para correto descarte do material infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306. Todos os itens deverão ter registro na ANVISA.

13.4.3 Ceder na qualidade de fornecedor da(s) Bolsa(s) Coletora(s), os seguintes equipamentos:

a) Para o item 1.1 - 40 (quarenta) unidades: Dispositivo para drenagem de fluidos por sucção a vácuo, desmontável e lavável, contendo regulador de pressão integrado com sistema de trava e botão liga/desliga independente, canister transparente para encaixe da bolsa e conector do vácuo, distribuídos nos setores usuários;

b) Para os itens 1.2 e 1.3 - 05 (cinco) unidades: Dispositivo para drenagem de fluidos por sucção a vácuo, desmontável e lavável, canisters para encaixe de pelo menos 04 (quatro) bolsas coletoras montado sobre suporte metálico com rodas giratórias, vacuômetro integrado e conector do vácuo, nos setores usuários.

13.4.4 Todos os equipamentos cedidos devem estar em perfeitas condições de uso e devem ser compatíveis com as bolsas adquiridas. Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como garantia de substituição dos mesmos em caso de quebra ou defeito, além do treinamento de toda equipe técnica designada pelos setores usuários do dispositivo.

13.4.5 Providenciar, às suas expensas, na qualidade de fornecedora da(s) bolsa(s), a entrega e a instalação dos dispositivos de drenagem de fluidos nos setores, de acordo com as descrições e os quantitativos relacionados, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato.

13.4.6 Após o recebimento, os equipamentos deverão ser encaminhados, inicialmente, à UTI ou ao Bloco Cirúrgico, após prévio agendamento. Caberá às chefias dos respectivos Serviços indicar os locais onde deverão ser entregues os equipamentos correspondentes aos outros setores.

13.4.7 Colocar os equipamentos em funcionamento após teste, ajuste e treinamento do pessoal técnico dos setores usuários, designado pelo setor.

13.4.8 Disponibilizar em cada setor usuário um coletor de resíduos com tampa e pedal, devidamente identificado, de acordo com a Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004.

13.4.9 Fornecer todos os insumos e acessórios para o uso adequado dos equipamentos.

13.4.10 Prestar assistência técnica aos equipamentos cedidos de forma eficaz e imediata, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação feita pelo(s) gestor(es) e/ou fiscal(is) do contrato.

13.4.11 Na impossibilidade de resolução do problema, substituir as peças ou o equipamento sem condições de funcionamento ou que não apresente produtividade satisfatória, por outro similar, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas.

13.5 Da logística reversa

13.5.1 Recolher as bolsas usadas semanalmente no local de armazenamento externo de abrigo de resíduos de serviços de saúde.

13.5.2 Responsabilizar-se pela logística reversa das bolsas contendo os resíduos infectantes, tendo, portanto, que arcar com os custos da coleta, transporte, incineração e destinação final destes resíduos, através de empresa credenciada e que atenda a todas as normas da ANVISA (RDC nº 306) e CONAMA (Resolução nº 358), além de apresentar mensalmente o certificado de incineração e o contrato com a empresa credenciada.

14. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

14.1 Todos os produtos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.

14.2 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação.

14.3 Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira.

14.4 Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

14.5 Fornecer, na entrega do material, os seguintes itens:

14.5.1 O manual ofertado em português.

14.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

15.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

15.1.1 advertência;

15.1.2 multa;

15.1.3 impedimento de licitar e contratar;

15.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos produtos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade, quando aplicada pela SESAP, será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.3 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.4 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15.5 A SESAP deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

15.6 É admitida a reabilitação do licitante ou da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

15.6.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;

15.6.2 pagamento da multa;

15.6.3 transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

15.6.4 cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

15.6.5 análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

16.2 A SESAP convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.

§ 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

16.3 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a SESAP deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

16.4 O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

17. DO REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

17.2 No caso de formalização de contrato:

17.2.1 Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado;

17.2.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

17.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

17.2.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

17.2.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

17.2.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

17.2.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

17.2.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1 As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3 A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

18.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.5 Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

18.6 Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

18.7 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

19.2 O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005.

EQUIPE RESPONSÁVEL:

Nickson Melo de Moraes — Fisioterapeuta — Matrícula nº 198629-5

Liduína Maria Cavalcante — Farmacêutica — Matrícula nº 204565-6

João Inácio Lopes Batista — Farmacêutico — Matrícula nº 217759-5

Clever Márcio dos Santos Silva Filho — Ass. Téc. Saúde — Matrícula nº 227072-2/V2

Mossoró/RN, 13 de maio de 2026.

APÊNDICE DO ANEXO I - ETP

(SEI ID Nº 41293558)

Estudo Técnico Preliminar

Processo nº 00611137.000015/2025-82

1. OBJETO

1.1 O presente Estudo tem por objetivo analisar a viabilidade técnica, operacional, econômica e jurídica da aquisição de bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado para armazenagem e descarte de líquidos corpóreos, destinadas ao uso nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), Unidade Semi-Intensiva, enfermarias, Pronto Socorro e Centro Cirúrgico do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTVM), unidade hospitalar integrante da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN), para o período de 09 (nove) meses de utilização.

1.2 Os bens objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e podem ser facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço unitário, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3 A contratação dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento de menor preço por lote, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação da contratação

2.1.1 Aquisição de bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado para armazenagem e descarte de líquidos corpóreos, destinadas ao manejo de secreções respiratórias e fluidos corpóreos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), Unidade Semi-Intensiva, enfermarias, Pronto Socorro e Centro Cirúrgico do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, unidade integrante da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN), pelo período de 09 (nove) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do certame, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.2 Destaca-se que neste processo licitatório (SEI nº 00611137.000015/2025-82), deflagrado pelo Setor de Fisioterapia do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, em conjunto com a equipe técnica demandante, tem-se o objetivo de garantir a execução de rotinas e processos de trabalho, assim como a segurança dos profissionais assistenciais e dos pacientes com os itens descritos no tópico 6 deste Estudo.

2.1.3 A inexistência e/ou precariedade dos itens descritos acarretam falhas na garantia da continuidade das rotinas assistenciais. Portanto, a escassez destes materiais pode levar a interrupções dos serviços, além de prejudicar o maior interessado nesta contratação: os pacientes, funcionários e acompanhantes assistidos por esta Unidade Hospitalar.

2.1.4 Tal abertura processual justifica-se pela importante necessidade de manter o padrão de qualidade e eficácia nos processos produtivos para o público-alvo desta instituição pública. Além disso, tais materiais servirão para subsidiar as demandas internas da cadeia recebimento-armazenamento-produção, descritos como potenciais instrumentos para atingir a eficiência da assistência.

2.1.5 Salienta-se, ainda, que o referido sistema de aspiração fechada com bolsas coletoras descartáveis já é utilizado no HRTVM desde o ano de 2020, na ocasião da Pandemia do Coronavírus, com resultados qualitativos expressivos e fluxo de abastecimento e distribuição consolidado pelas equipes envolvidas, sendo a manutenção do mesmo essencial para a continuidade assistencial.

2.2 Embasamento técnico e legal da contratação

2.2.1 A escolha pelo sistema de aspiração fechada (bolsas coletoras descartáveis) em detrimento dos tradicionais frascos de aspiração reutilizáveis encontra respaldo em normativas técnico-sanitárias vigentes, em especial:

a) RDC ANVISA nº 63, de 25 de novembro de 2011 — Seção II, art. 8º: determina que o serviço de saúde deve estabelecer estratégias e ações voltadas para a Segurança do Paciente, incluindo prevenção e controle de eventos adversos relacionados à assistência à saúde;

b) RDC ANVISA nº 36, de 25 de julho de 2013 — institui ações com o objetivo de promoção da segurança do paciente e a melhoria da qualidade nos serviços de saúde;

c) Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32) — estabelece diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde;

d) RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018 — dispõe sobre o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;

e) Resolução CONAMA nº 358/2005 — dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;

f) Portaria MS nº 196, de 24 de junho de 1993 — instituiu a implantação das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) em todos os hospitais do país, com consequente incremento da utilização de materiais descartáveis.

2.2.2 Esclarece-se que os itens ora pleiteados não estão sendo fornecidos regularmente pela Unidade Central de Agentes Terapêuticos (UNICAT) e não possuem Registro de Preços vigente no âmbito da SESAP, motivo pelo qual se faz necessária a presente contratação pelo HRTVM, a fim de evitar descontinuidade dos serviços prestados aos usuários do SUS.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Requisitos técnicos mínimos do objeto

3.1.1 Os bens a serem adquiridos deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas, conforme detalhamento constante do Termo de Referência:

Item 1.1 — Bolsa coletora descartável "sistema fechado" (até 1 litro):

- Flexível, com lacre, confeccionada em material plástico;
- Contendo válvula anti-refluxo e válvula anti-transbordamento;
- Compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo;
- Com chave de ligar e desligar independente e regulador que garante a pressão ofertada;
- Acompanhada de extensão estéril de 2 m em PVC, descartável, com obturador;
- Acompanhada de saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC ANVISA nº 306 e Resolução CONAMA nº 358.

Item 1.2 — Bolsa coletora (PRÉ) descartável "sistema fechado" (até 2 litros):

- Corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação;
- Com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo;
- Compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo;
- Com botão que permite ligar e desligar de forma automática;
- Vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC ANVISA nº 36;
- Permite a formação de circuito interligado de até 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros;
- Acompanhada de extensão estéril de 3 m em PVC, descartável, com obliterador;
- Acompanhada de saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC ANVISA nº 306 e Resolução CONAMA nº 358.

Item 1.3 — Bolsa coletora (FINAL) descartável "sistema fechado" (até 2 litros):

- Corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação;
- Com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo e válvula hidrofóbica antitransbordamento;
- Compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo;
- Com botão que permite ligar e desligar de forma independente;
- Vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC ANVISA nº 36;
- Permite a formação de circuito interligado de até 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros;
- Acompanhada de saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC ANVISA nº 306 e Resolução CONAMA nº 358.

3.2 Requisitos documentais e de conformidade

3.2.1 Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar:

- a) Especificações técnicas detalhadas;
- b) Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;
- c) Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;
- d) Prazo de validade da proposta;
- e) Origem (nacional ou estrangeiro);
- f) Número de registro ou declaração de isenção de registro dos materiais no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

3.2.2 Na proposta, a comprovação dos registros dos materiais médico-hospitalares ou da declaração de isenção do registro deverá ser efetuada através de:

- a) Cópia da Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.); ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; ou
- b) Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela ANVISA.

3.2.3 No caso de exercício de atividade de fabricação, importação ou distribuição de materiais de uso em saúde, o licitante deverá anexar:

- a) Autorização para funcionamento (AFE), expedida pela ANVISA, do fabricante ou importador;
- b) Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal da sede do licitante.

3.3 Sustentabilidade

3.3.1 Os insumos ofertados devem observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação em vigor, em especial os critérios baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens.

3.3.2 É de responsabilidade do fornecedor as condições de conservação dos produtos entregues, resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, ausência de sujidade, material estranho e insetos.

3.3.3 Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, aderência ao produto, umidade, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem de acordo com a legislação vigente.

3.3.4 Todo material deverá, obrigatoriamente, trazer impresso o número do lote, data de fabricação e validade.

3.3.5 Os produtos a serem fornecidos devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", conforme Portaria GM/MS nº 2.814/1998.

3.4 Indicação de marca e subcontratação

3.4.1 Para cada item cotado deverá ser ofertada uma única marca. Caso o fabricante não disponha do item por fator superveniente, sua substituição deverá cumprir os critérios estabelecidos na qualificação técnica do Termo de Referência, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3.4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em razão da natureza do bem (material de consumo de pronta entrega) e da necessidade de manter a responsabilidade integral do contratado pela qualidade e regularidade do fornecimento.

3.5 Da exigência de cessão de equipamentos (dispositivos de drenagem)

3.5.1 Considerando que as bolsas coletoras objeto desta contratação somente podem ser utilizadas em conjunto com dispositivos de drenagem (canisters/vacuômetros) tecnicamente compatíveis, e considerando que tais dispositivos não constituem o objeto principal da licitação, exigir-se-á da empresa vencedora a cessão, em regime de comodato, dos equipamentos necessários à utilização das bolsas, sem ônus para o HRTVM, conforme detalhamento constante do Termo de Referência.

3.5.2 A exigência da cessão dos equipamentos compatíveis encontra fundamento técnico na inviabilidade de utilização das bolsas em equipamentos de fabricantes distintos, dado que cada conjunto bolsa/dispositivo opera com geometria, pressões e conexões próprias, conforme normas do fabricante e exigências de biossegurança. Tal exigência é prática consolidada no setor e amplamente observada em contratações públicas similares (vide, exemplificativamente, Pregão Eletrônico nº 90172/2025 — Hospital Regional Dr. Vivaldo M. Simões/SP, identificado na pesquisa mercadológica, cujo objeto inclui "Aquisição de Material de Uso Técnico Hospitalar (Sistema de Coleta e Aspiração de Secreção) com comodato").

3.5.3 A exigência é onerosa para a contratada, não para a Administração, e visa garantir a interoperabilidade técnica e a segurança assistencial, sem implicar restrição à competitividade — uma vez que diversos fornecedores nacionais ofertam o conjunto bolsa + dispositivo de drenagem no mesmo lote contratual.

3.6 Da garantia de execução contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

3.6.1 Considerando o disposto no caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual "a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos", opta-se pela NÃO exigência de garantia de execução para a presente contratação.

3.6.2 A motivação para a dispensa da garantia de execução fundamenta-se na análise dos seguintes elementos objetivos, à luz dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da ampliação da competitividade:

- a) Baixo vulto financeiro da contratação, considerando o valor estimado preliminar e a natureza do objeto (material de consumo);
- b) Baixa complexidade técnica do objeto — trata-se de material médico-hospitalar de consumo, com especificações usuais de mercado, sem demandar tecnologia diferenciada para fabricação ou fornecimento;
- c) Pronta entrega — o objeto é entregue de uma só vez, ou em parcelas pré-definidas, sem obrigações continuadas, manutenção pós-entrega ou execução prolongada que justifiquem a retenção de garantia;
- d) Histórico positivo de utilização do sistema desde 2020 no HRTVM, com fluxo de abastecimento e distribuição consolidado, sem registro de intercorrências contratuais que recomendem o aumento das exigências de garantia;
- e) Existência de outros mecanismos legais de proteção ao interesse público, tais como (i) sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021; (ii) retenção de pagamento em caso de inadimplência; (iii) responsabilidades cíveis e penais aplicáveis; e (iv) proteções conferidas pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- f) Ampliação da competitividade — a exigência de garantia tende a restringir a participação de pequenas e médias empresas, conforme reiteradamente observado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário, entre outros), o que se mostra contraproducente em contratações de baixo risco como a presente;
- g) Mapeamento prévio dos riscos — os riscos de inexecução foram identificados, avaliados e tratados na Análise de Riscos anexa aos autos, com previsão de ações preventivas e contingenciais adequadas, prescindindo de garantia adicional;
- h) Princípio da proporcionalidade — a Lei nº 14.133/2021 confere à autoridade competente discricionariedade na exigência da garantia, devendo a opção ser ponderada caso a caso. No presente caso, a exigência de garantia mostrar-se-ia desproporcional aos riscos efetivos da contratação.

3.6.3 Pelo exposto, a dispensa da garantia de execução para a presente contratação revela-se tecnicamente adequada, juridicamente fundamentada e administrativamente vantajosa, sem prejuízo da plena proteção do interesse público pelos demais mecanismos legais aplicáveis.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

4.1 Metodologia do levantamento

4.1.1 O levantamento de mercado realizado neste Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar as alternativas disponíveis no mercado para atender à necessidade identificada, identificando fornecedores, tecnologias, soluções e valores praticados, em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2 Foram consultadas as seguintes fontes:

- a) Contratações similares feitas pela Administração Pública no período de até 01 (um) ano anterior, em especial o processo SEI nº 00611137.000037/2024-61, da própria unidade hospitalar, que teve como objeto a aquisição do mesmo tipo de produto;
- b) Banco de Preços em Saúde (BPS) e Pannel de Preços do Governo Federal, consultados em novembro/2025;
- c) Catálogos técnicos de fabricantes do ramo de materiais médico-hospitalares;
- d) Histórico de utilização do sistema de aspiração fechada no HRTVM desde 2020, com avaliação qualitativa dos resultados assistenciais.

4.2 Alternativas identificadas

4.2.1 Foram identificadas, no mercado, as seguintes alternativas tecnológicas para o atendimento da necessidade assistencial:

Alternativa 1 — Sistema de aspiração aberto com frascos reutilizáveis (vidro ou plástico):

Utilização de frascos rígidos de aspiração, reutilizáveis após esterilização, conectados à rede de vácuo hospitalar. O frasco é submetido a processo de esterilização a cada 24 horas, conforme protocolos de prevenção de infecção.

Alternativa 2 — Sistema de aspiração fechado com bolsas coletoras descartáveis:

Utilização de bolsas coletoras descartáveis, em sistema fechado, com válvulas anti-refluxo e anti-transbordamento, conectadas a dispositivos de drenagem a vácuo, descartadas integralmente após o uso, com saco vermelho para resíduo infectante.

4.3 Análise comparativa das alternativas

4.3.1 Aspecto da segurança assistencial e biossegurança

A literatura científica internacional demonstra superioridade do sistema fechado quanto à redução de contaminação cruzada e dispersão de aerossóis no ambiente hospitalar:

a) Yu HJ et al. (2017) — Effect of Closed Suctioning on Reducing the Contamination Released into the Environment, publicado no Chinese Medical Journal, demonstrou que pacientes em terapia intensiva aspirados por sistema aberto apresentaram maior contaminação do ambiente próximo, com dispersão para pacientes e objetos inanimados, enquanto o sistema fechado reduziu significativamente esses índices;

b) Rabitsch W et al. (2004) — Closed suctioning system reduces cross-contamination between bronchial system and gastric juices, publicado em Anesthesia & Analgesia, demonstrou que o sistema fechado reduz a co-contaminação entre os sistemas gástrico e respiratório.

A redução de aerossóis é particularmente relevante em ambientes que atendem pacientes com doenças infectocontagiosas, beneficiando tanto os pacientes quanto a equipe assistencial.

4.3.2 Aspecto da economicidade ao longo do ciclo de vida

Embora a aquisição de frascos reutilizáveis possa apresentar custo unitário inicial inferior, a análise do ciclo de vida demonstra que a Alternativa 1 implica custos indiretos relevantes:

a) Custos de esterilização recorrentes — cada frasco deve ser esterilizado a cada 24 horas, gerando consumo contínuo de insumos químicos, energia e mão de obra da Central de Esterilização de Materiais (CME);

b) Sobrecarga da Central de Esterilização — a esterilização de frascos compete com a esterilização de instrumentais cirúrgicos prioritários, podendo gerar gargalos operacionais;

c) Custos com vacuômetros adicionais — a Alternativa 1 demanda aquisição independente de vacuômetros, frequentemente danificados, prejudicando a continuidade do serviço; já a Alternativa 2 inclui, em regra, dispositivos de drenagem cedidos pela contratada em regime de comodato (vide item 3.5);

d) Custos ambientais e sanitários — a lavagem dos frascos demanda emprego de produtos químicos que são dispensados nos esgotos públicos sem tratamento prévio, em desacordo com a NR-32 e a RDC nº 222/2018;

e) Custos por eventos adversos — o aumento da contaminação cruzada associado ao sistema aberto pode elevar a incidência de infecções relacionadas à assistência à saúde, com o consequente uso prolongado de antibióticos de alto custo e aumento do tempo de internação.

A análise comparativa, portanto, demonstra que a Alternativa 2, embora apresente custo unitário superior, é economicamente mais vantajosa quando consideradas as externalidades positivas (redução de infecções, menor uso de antibióticos, menor sobrecarga da CME, menor descarte irregular de químicos).

4.3.3 Aspecto da conformidade legal e sanitária

A Alternativa 1 (frascos reutilizáveis) apresenta limitações relevantes de conformidade:

a) A reutilização de produtos (frascos de vidro ou plástico) está em desacordo com a NR-32 e com a RDC ANVISA nº 222/2018;

b) A manipulação e lavagem dos frascos exigem emprego de produtos químicos que, lançados em rede sem tratamento, contrariam o disposto no art. 49 da RDC nº 222/2018;

c) A Alternativa 2, por sua vez, atende plenamente aos princípios da biossegurança e ao disposto na RDC nº 306/2004 e Resolução CONAMA nº 358/2005, especialmente no que se refere ao descarte adequado dos resíduos infectantes.

4.3.4 Análise dos fornecedores e variação de preços no mercado

A pesquisa preliminar de mercado identificou que o objeto pretendido é ofertado por diversos fornecedores nacionais, garantindo competitividade adequada ao certame. Foram identificadas, entre outras, as seguintes empresas atuantes no segmento, conforme contratações públicas recentes consultadas:

Fornecedor	UF	Contratação de referência	Valor unitário (R\$)
Ross Medical Ltda	MG	Pregão Eletrônico nº 90172/2025 (Hospital Regional Dr. Vivaldo M. Simões/SP)	89,50
Ross Medical Ltda	MG	Dispensa nº 000336/2024 (INOVA Capixaba/ES)	82,00
Popia Comércio Atacadista Ltda	—	Dispensa nº 000208/2025 (Fundo Mun. Saúde Aracaju/SE)	93,69
Cirúrgica Oeste Paulista Ltda	SP	Pregão SRP nº 00002525 (Prefeitura de Maracá/SP)	94,86

4.3.4.1 Os valores observados oscilaram entre R\$ 82,00 e R\$ 94,86 por unidade, indicando faixa de preço de mercado relativamente estável, com média de R\$ 90,01 (conforme detalhamento na Pesquisa de Preços formal — SEI nº 39181949). Tal variação demonstra a existência de competitividade efetiva no segmento, com participação de múltiplos fornecedores em contratações públicas recentes.

4.3.4.2 Importa registrar que, em contratação anterior da própria unidade hospitalar (processo SEI nº 00611137.000037/2024-61), o valor unitário praticado foi de R\$ 84,00, inferior à média de mercado identificada na pesquisa preliminar, indicando que o HRTVM tem conseguido contratar em condições mais vantajosas que a média nacional.

4.4 Conclusão da análise de mercado

4.4.1 Diante da análise comparativa realizada, conclui-se que a Alternativa 2 — aquisição de bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado — é a mais adequada à necessidade administrativa, tendo em vista:

- Superioridade técnica e científica quanto à segurança assistencial e biossegurança;
- Maior economicidade quando considerado o ciclo de vida do objeto;
- Plena conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente;
- Existência de mercado fornecedor diversificado, com competitividade adequada;
- Histórico positivo de utilização no HRTVM desde 2020, com resultados qualitativos expressivos.

4.4.2 Reitera-se que a opção pelo sistema fechado, embora apresente custo unitário superior ao sistema aberto, traduz-se em vantajosidade econômica global para a Administração quando considerados os benefícios assistenciais, a redução de custos indiretos com esterilização, a diminuição de eventos adversos e a conformidade legal-sanitária.

4.5 Adequação legal

A escolha encontra-se em conformidade com as seguintes normativas vigentes:

- RDC ANVISA nº 63/2011, Seção II, Art. 8º;
- RDC ANVISA nº 36/2013;
- RDC ANVISA nº 222/2018, em especial os arts. 3º, inciso XXXIV (logística reversa), e 49 (tratamento de resíduos com líquidos corpóreos);
- RDC ANVISA nº 306/2004, item 5.4.1 (descarte de resíduos infectantes);
- Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32) do Ministério do Trabalho;
- Resolução CONAMA nº 358/2005;
- Portaria MS nº 196/1993 (implantação de CCIH);
- Portaria GM/MS nº 2.814/1998 (com alteração da Portaria nº 3.765/1998);
- Lei nº 6.360/1976 e Decreto nº 8.077/2013 (Autorização de Funcionamento ANVISA);
- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A solução proposta consiste na aquisição de bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado para armazenagem e descarte de líquidos corpóreos, em três configurações técnicas distintas (bolsa 1 litro flexível, bolsa PRÉ 2 litros corrugada e bolsa FINAL 2 litros corrugada), destinadas ao uso assistencial direto nas Unidades de Terapia Intensiva, Unidade Semi-Intensiva, enfermarias, Pronto Socorro e Centro Cirúrgico do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia.

5.2 As três configurações de bolsa compõem um conjunto interoperável, em que:

a) A bolsa de 1 litro (item 1.1) é destinada ao uso individual em leitos de UTI, semi-intensiva e enfermarias, atendendo à demanda assistencial corrente de aspiração traqueal;

b) As bolsas de 2 litros PRÉ (item 1.2) e FINAL (item 1.3) são utilizadas no Centro Cirúrgico em configuração de circuito interligado de até 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros de fluido, atendendo a procedimentos cirúrgicos de maior volume.

5.3 A solução inclui, conforme item 3.5 deste Estudo, a cessão em regime de comodato, pela empresa contratada, dos dispositivos de drenagem (canisters/vacuômetros) compatíveis, sem ônus para o HRTVM, com instalação, manutenção preventiva e corretiva e treinamento das equipes assistenciais a cargo da contratada.

5.4 A solução contempla, ainda, a logística reversa dos resíduos gerados pelo uso das bolsas, com coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada por empresa credenciada, atendendo ao art. 3º, inciso XXXIV, e ao art. 49 da RDC ANVISA nº 222/2018, e à Resolução CONAMA nº 358/2005.

5.5 Os materiais adquiridos serão armazenados na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do HRTVM e distribuídos pela Farmácia Central conforme demanda diária dos setores assistenciais. O fluxo já se encontra consolidado pela equipe da unidade desde a implementação do sistema em 2020.

5.6 Por se tratar de material de consumo descartável, não há alocação patrimonial, sendo o uso regulado pelo consumo assistencial, pelos protocolos institucionais e pelos critérios de controle de estoque, de modo a garantir disponibilidade contínua dos insumos e evitar descontinuidade na assistência.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 Metodologia adotada

6.1.1 A estimativa das quantidades dos itens objeto da presente contratação foi elaborada com base no consumo médio mensal histórico (CMM) apurado a partir dos relatórios da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia, considerando o período dos últimos 06 (seis) meses anteriores à elaboração deste Estudo, em conformidade com a recomendação do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2 Adotou-se, como critério geral, a projeção do consumo médio mensal para o período de 09 (nove) meses, considerando o prazo estimado de vigência da contratação, conforme a seguinte fórmula:

Quantidade estimada = Consumo Médio Mensal (CMM) × 9 meses

6.1.3 Tal metodologia permite estimativa realista e aderente ao uso efetivo dos insumos, considerando:

a) O perfil epidemiológico dos pacientes atendidos pelo HRTVM;

b) A capacidade instalada da unidade hospitalar — atualmente composta por 29 leitos de UTI, 5 leitos de semi-intensiva, 42 leitos de Clínica Médica, 17 leitos de Unidade de Pronto Atendimento (UPI), 36 leitos de Clínica Cirúrgica e 26 leitos de Pediatria;

c) As variações sazonais relacionadas a doenças respiratórias, especialmente nos meses de maior incidência de infecções de vias aéreas;

d) A margem operacional de segurança para evitar desabastecimento, considerando a essencialidade dos itens para a continuidade assistencial;

e) O caráter de hospital de urgência e emergência da unidade, o que justifica a manutenção de estoque de segurança mais robusto.

6.1.4 Importante registrar que, em virtude de os itens não serem fornecidos regularmente pela UNICAT e não possuírem Registro de Preços vigente na SESAP, faz-se necessária a adoção de margem de segurança nos quantitativos, sob pena de comprometimento da continuidade assistencial em caso de atraso em novas contratações.

6.2 Memória de cálculo por item

6.2.1 A apuração do consumo médio mensal foi realizada com base nos relatórios de consumo individuais de cada item, fornecidos pela CAF do HRTVM, conforme demonstrado a seguir:

Item	Descrição resumida	CMM (últimos 6 meses)	Multiplicador	Quantidade estimada (9 meses)
1.1	Bolsa coletora 1 litro (UTI/enfermarias)	368,3 unidades/mês	× 9	3.314 unidades
1.2	Bolsa coletora PRÉ 2 litros (centro cirúrgico)	376,7 unidades/mês	× 9	3.390 unidades
1.3	Bolsa coletora FINAL 2 litros (centro cirúrgico)	44,0 unidades/mês	× 9	396 unidades

6.2.2 Item 1.1 — Bolsa coletora descartável de 1 litro:

O quantitativo de 3.314 unidades projetadas para 09 meses corresponde ao consumo médio mensal de 368,3 unidades, observado nos últimos 6 meses, multiplicado por 9. Este item apresenta o maior espectro de uso, sendo empregado em pacientes intubados ou traqueostomizados nas UTIs, Unidade Semi-Intensiva e enfermarias, com consumo diário médio aproximado de 12,3 unidades/dia. O dimensionamento considera a alta rotatividade dos leitos de cuidados intensivos e a obrigatoriedade de troca individualizada do dispositivo por paciente, em atendimento aos protocolos de biossegurança.

6.2.3 Item 1.2 — Bolsa coletora PRÉ 2 litros:

O quantitativo de 3.390 unidades projetadas para 09 meses corresponde ao consumo médio mensal de 376,7 unidades, observado nos últimos 6 meses, multiplicado por 9. Este item é utilizado predominantemente no Centro Cirúrgico, em configuração de circuito interligado de até 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros, atendendo a procedimentos cirúrgicos de maior volume de fluidos. O consumo diário médio é de aproximadamente 12,6 unidades/dia, compatível com o volume de cirurgias realizadas na unidade.

6.2.4 Item 1.3 — Bolsa coletora FINAL 2 litros:

O quantitativo de 396 unidades projetadas para 09 meses corresponde ao consumo médio mensal de 44 unidades, observado nos últimos 6 meses, multiplicado por 9. Este item integra o mesmo circuito do item 1.2 (Centro Cirúrgico), porém em menor quantidade, dado que a configuração padrão do circuito é "3 bolsas PRÉ + 1 bolsa FINAL", o que justifica a proporção significativamente menor entre os dois quantitativos. O consumo diário médio é de aproximadamente 1,5 unidades/dia.

6.3 Documentos de suporte

6.3.1 A memória de cálculo aqui apresentada tem como base documental:

- a) Relatórios de consumo da CAF do HRTVM (referentes aos últimos 6 meses), os quais subsidiaram a apuração do consumo médio mensal de cada item;
- b) Dimensionamento de leitos do HRTVM, conforme descrito no item 6.1.3, com base nas informações da Direção da unidade;
- c) Histórico de utilização do sistema de aspiração fechada no HRTVM desde 2020, conforme registros operacionais do Setor de Fisioterapia.

6.4 Conclusão do dimensionamento

6.4.1 Os quantitativos estimados — totalizando 7.100 unidades distribuídas entre os três itens — apresentam correlação direta com a demanda assistencial real, fundamentada no consumo médio mensal histórico dos materiais, devidamente projetado para um período de 09 (nove) meses, compatibilizado com a capacidade instalada do HRTVM e com o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos.

6.4.2 O dimensionamento atende ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e às orientações dos órgãos de controle, afastando a adoção de estimativas genéricas ou dissociadas da realidade assistencial da unidade.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Natureza preliminar da estimativa

7.1.1 A estimativa de valor apresentada neste Estudo Técnico Preliminar tem caráter preliminar e referencial, destinando-se a subsidiar o planejamento orçamentário e a verificação de viabilidade econômica da contratação, não substituindo a pesquisa

mercadológica formal a ser realizada pelo setor competente, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

7.1.2 Conforme dispõe a doutrina e a jurisprudência consolidadas, o orçamento estimado torna-se progressivamente mais detalhado e preciso ao longo das etapas do planejamento da contratação: no Plano de Contratações Anual (PCA), a estimativa proporciona visão geral dos gastos; no Estudo Técnico Preliminar, a estimativa avança para avaliar a viabilidade econômica da solução escolhida; e, finalmente, no Termo de Referência, a estimativa reflete os valores definitivos, balizados pela pesquisa mercadológica oficial.

7.2 Metodologia adotada

7.2.1 A estimativa preliminar de valor foi elaborada com base nos seguintes parâmetros, em conformidade com o art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:

- a) Contratações similares feitas pela Administração Pública no período de até 01 (um) ano anterior, em especial o processo SEI nº 00611137.000037/2024-61, da própria unidade hospitalar (HRTVM), que teve como objeto a aquisição do mesmo tipo de produto;
- b) Consulta preliminar ao Banco de Preços em Saúde (BPS), realizada em novembro/2025, como balizador de mercado.

7.2.2 Tal metodologia encontra respaldo expresso no art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que admite a utilização de "contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente" como parâmetro para estimativa de preços.

7.3 Valor unitário referencial adotado

7.3.1 Como valor unitário referencial, adotou-se o valor de R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais) por unidade, correspondente ao valor efetivamente praticado em contratação anterior da própria unidade hospitalar, conforme documentação acostada aos autos do processo SEI nº 00611137.000037/2024-61, com lastro nos seguintes documentos correlatos:

- a) Nota Fiscal nº 59540 (ID 36435216), emitida pela empresa contratada;
- b) Nota de Lançamento (ID 36665476), referente ao processo correlato nº 00610281.000432/2025-07.

7.3.2 A adoção do mesmo valor unitário para os três itens (1.1, 1.2 e 1.3) decorre da observação de que, na contratação anterior, os três tipos de bolsas foram cotados pelo mesmo valor unitário pelo fornecedor vencedor, configurando preço de mercado consolidado para o conjunto da solução técnica.

7.4 Tabela de valores estimados — Memória de cálculo

Item	Descrição resumida	Valor unitário (R\$)	Quantidade (9 meses)	Valor total (R\$)
1.1	Bolsa coletora 1 litro	84,00	3.314	278.376,00
1.2	Bolsa coletora PRÉ 2 litros	84,00	3.390	284.760,00
1.3	Bolsa coletora FINAL 2 litros	84,00	396	33.264,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				596.400,00

7.5 Análise de razoabilidade do valor estimado

7.5.1 Em consulta preliminar ao Banco de Preços em Saúde, realizada em novembro/2025, identificou-se que o objeto pretendido é ofertado no mercado público com valores unitários compreendidos entre R\$ 82,00 e R\$ 94,86, conforme contratações públicas recentes apuradas (vide item 4.3.4 deste Estudo).

7.5.2 O valor unitário de R\$ 84,00, adotado como referencial preliminar, encontra-se:

- a) Dentro da faixa de mercado identificada (R\$ 82,00 – R\$ 94,86);
- b) Abaixo da média nacional de R\$ 90,01, indicando que a estimativa preliminar é conservadora e tende a refletir condições de contratação vantajosas para a Administração;

c) Acima do menor valor identificado (R\$ 82,00), o que confere razoabilidade à estimativa, sem caracterização de subestimação que pudesse resultar em licitação fracassada.

7.5.3 A adoção do valor de contratação anterior do próprio HRTVM, e não da média de mercado, encontra justificativa no histórico recente de contratação bem-sucedida na unidade, com fornecedor que demonstrou capacidade de execução e cumprimento das obrigações contratuais. Tal escolha reflete o princípio da economicidade, na medida em que projeta a contratação em condições já validadas, sem inflar artificialmente o orçamento.

7.6 Pesquisa mercadológica formal posterior

7.6.1 Reitera-se que o valor aqui apresentado tem caráter preliminar. A definição do valor de referência para fins de licitação será objeto de pesquisa mercadológica formal, a ser conduzida pelo setor competente do HRTVM, em momento posterior, em conformidade com:

a) O art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

b) A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, em especial os parâmetros do art. 5º e o procedimento do art. 6º;

c) As metodologias estatísticas de aferição (média, mediana, média saneada) aplicáveis ao caso concreto.

7.6.2 Eventual divergência entre a estimativa preliminar aqui apresentada e o valor de referência apurado na pesquisa mercadológica formal será adequadamente justificada nos autos pelo setor responsável pela pesquisa, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021.

7.7 Conclusão da estimativa

7.7.1 O valor total estimado preliminar de R\$ 596.400,00 (quinhentos e noventa e seis mil e quatrocentos reais) mostra-se razoável, proporcional à demanda assistencial dimensionada e compatível com os preços praticados no mercado institucional, atendendo aos princípios da economicidade, planejamento e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 Esclarecimento conceitual prévio

8.1.1 De forma preliminar, faz-se necessário distinguir dois conceitos que, embora correlatos, não se confundem:

a) Parcelamento do fornecimento (execução do contrato): refere-se à entrega do objeto em parcelas ao longo do tempo, conforme cronograma de necessidade da Administração, sem prejuízo da unicidade contratual;

b) Parcelamento da licitação (adjudicação por itens): refere-se à divisão do objeto da licitação em itens autônomos, com adjudicação separada a cada licitante vencedor, ampliando a competitividade ao permitir a participação de fornecedores que não teriam capacidade ou interesse em ofertar o objeto integral.

8.1.2 No presente caso, o fornecimento será executado de forma parcelada (em até 3 parcelas, conforme item 6.3 do Termo de Referência), mas a licitação será adjudicada por lote único, contendo os três itens correlacionados. Não há, portanto, parcelamento da licitação — há adjudicação por lote, opção justificada nos termos que seguem.

8.2 Da opção pela adjudicação por lote único — análise de viabilidade

8.2.1 Nos termos dos arts. 40, inciso V, alínea "b", e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de adjudicação por itens (divisão do objeto em três itens autônomos, com possíveis vencedores distintos). Após análise técnica detalhada, concluiu-se pela inviabilidade técnica da divisão e pela necessidade de adjudicação por lote único, pelas razões a seguir expostas.

8.3 Fundamentos técnicos para a adjudicação por lote único

8.3.1 Interoperabilidade técnica do conjunto

Os três itens objeto da contratação (1.1, 1.2 e 1.3) compõem um sistema técnico integrado e interoperável. Em especial:

a) Os itens 1.2 (bolsa PRÉ) e 1.3 (bolsa FINAL) compõem o mesmo circuito de aspiração no Centro Cirúrgico, em configuração interligada de 4 (quatro) bolsas (3 PRÉ + 1 FINAL), com capacidade total de aspirar até 8 (oito) litros. A utilização de bolsas de fabricantes distintos no mesmo circuito é tecnicamente inviável, dado que cada fabricante adota padrões próprios de conectores, válvulas e selagem;

b) Os três itens são utilizados nos dispositivos de drenagem (canisters/vacuômetros) cedidos em regime de comodato pela contratada (vide item 3.5 deste Estudo). A diversidade de fornecedores implicaria a necessidade de múltiplos dispositivos de drenagem instalados nos mesmos setores, com prejuízo operacional, treinamento fragmentado das equipes e dificuldades logísticas.

8.3.2 Incompatibilidade técnica entre fabricantes

A diversidade de produtos no mesmo serviço ocasiona complicações operacionais, pois as bolsas não são compatíveis entre si entre fabricantes distintos, sendo necessário um sistema de sucção a vácuo dedicado para cada fabricante. Tal cenário implicaria

duplicação ou triplicação de equipamentos nos mesmos ambientes assistenciais, com prejuízo à eficiência operacional e à segurança assistencial.

8.3.3 Padronização assistencial

A unicidade do fornecedor favorece a padronização dos insumos utilizados na assistência respiratória e cirúrgica, fortalecendo:

- a) Os protocolos institucionais de uso seguro do dispositivo;
- b) A rastreabilidade dos materiais empregados em pacientes;
- c) A conformidade com normas técnicas e sanitárias vigentes;
- d) O treinamento das equipes multiprofissionais.

8.3.4 Logística de abastecimento e gestão contratual

O fornecimento dos três itens por uma única empresa facilita significativamente:

- a) O acompanhamento e a fiscalização do contrato;
- b) A garantia do procedimento de logística reversa dos resíduos infectantes (responsabilidade da contratada conforme cláusulas do Termo de Referência);
- c) A gestão dos dispositivos de drenagem cedidos em comodato, incluindo manutenção preventiva e corretiva;
- d) O treinamento contínuo das equipes assistenciais.

8.4 Riscos do parcelamento (adjudicação por itens distintos)

8.4.1 A adjudicação fracionada do objeto, com possível contratação de fornecedores distintos para cada item, acarretaria, entre outros, os seguintes riscos:

- a) Inviabilidade técnica do uso interligado dos itens 1.2 e 1.3, comprometendo a operação cirúrgica;
- b) Multiplicação de dispositivos de drenagem (canisters/vacuômetros) nos mesmos setores, gerando confusão operacional;
- c) Dificuldades de gerenciamento de múltiplos contratos, com prazos, entregas e responsabilidades distintas, elevando o risco de falhas de suprimento;
- d) Comprometimento da padronização assistencial, com utilização de materiais de diferentes especificações técnicas, interfaces e padrões de qualidade;
- e) Aumento do risco assistencial e sanitário, especialmente em ambientes críticos, em razão da indisponibilidade simultânea de insumos complementares;
- f) Maior complexidade na fiscalização contratual e no controle de qualidade;
- g) Treinamento fragmentado das equipes sobre dispositivos distintos no mesmo ambiente assistencial;
- h) Fragmentação da responsabilidade pela logística reversa dos resíduos infectantes.

8.5 Da ausência de prejuízo à competitividade

8.5.1 A adjudicação por lote único, no presente caso, não acarreta prejuízo à competitividade do certame, na medida em que:

- a) Os três itens são amplamente comercializados por diversos fornecedores nacionais do ramo de materiais médico-hospitalares, conforme demonstrado no levantamento de mercado (item 4.3.4 deste Estudo);
- b) Múltiplos fornecedores identificados (Ross Medical Ltda, Popia Comércio Atacadista Ltda, Cirúrgica Oeste Paulista Ltda, entre outros) ofertam o conjunto completo da solução técnica;
- c) A adjudicação por lote é prática consolidada em contratações similares pela Administração Pública, conforme demonstrado pelas contratações de referência apuradas;
- d) A jurisprudência do TCU admite a adjudicação por lote quando há justificativa técnica e econômica adequada, especialmente nos casos em que o parcelamento implicaria perda de funcionalidade ou redução de eficiência operacional (Acórdão TCU nº 5.260/2011-1ª Câmara; Acórdão TCU nº 2.581/2018-Plenário).

8.6 Conclusão

8.6.1 Pelos fundamentos técnicos, operacionais, assistenciais e jurídicos expostos, conclui-se pela inviabilidade técnica da adjudicação por itens distintos e pela necessidade de adjudicação por lote único, mantendo-se a unicidade do fornecedor para os três itens objeto da presente contratação.

8.6.2 A opção preserva a continuidade do cuidado, assegura maior eficiência logística, facilita a gestão contratual e reduz riscos assistenciais e operacionais, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e segurança do paciente, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

8.6.3 O fornecimento será executado de forma parcelada, em até 3 (três) parcelas, conforme cronograma a ser estabelecido pela Contratante, atendendo às necessidades de armazenamento, controle sanitário e gestão de estoque da unidade hospitalar.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

9.1 As bolsas coletoras objeto desta contratação são utilizadas em conjunto com sondas de aspiração traqueal, que são abastecidas regularmente pela Unidade Central de Agentes Terapêuticos (UNICAT) via Atas de Registros de Preços disponibilizadas no portal www.saude.rn.gov.br.

9.2 Embora exista correlação de uso entre as bolsas e as sondas, não há vinculação contratual entre as duas aquisições, na medida em que:

- a) As sondas de aspiração são adquiridas centralizadamente pela UNICAT, mediante atas de registro de preços vigentes;
- b) As bolsas coletoras objeto deste processo não constam de ata de registro vigente na SESAP, motivando a presente contratação pela unidade hospitalar (HRTVM);
- c) Os fluxos de suprimento, embora paralelos, são geridos por instâncias administrativas distintas e não geram dependência operacional entre os contratos.

9.3 No momento, não há contratações correlatas em execução que interfiram diretamente no objeto deste processo. Os materiais ora pleiteados possuem caráter complementar e contínuo à assistência respiratória, destinando-se à reposição regular de insumos de consumo utilizados no manejo das vias aéreas e no controle de aerossóis, sem sobreposição ou conflito com outros contratos vigentes.

10. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

10.1 A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional, tendo origem em demanda formalizada pelo Setor de Fisioterapia do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia (HRTVM), unidade vinculada à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN).

10.2 A despesa decorrente da contratação está prevista na programação orçamentária para o exercício de 2026, na seguinte classificação:

- a) Subação: 238201 — Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências;
- b) Elemento da Despesa: 33.90.30.36 — Material Hospitalar (LRF, Art. 18);
- c) Fonte: 0.5.00.000600 — Recursos não vinculados de Impostos.

10.3 Os itens pretendidos enquadram-se na classe administrativa de Instrumentos, Equipamentos e Suprimentos Médicos e Cirúrgicos, sendo plenamente compatíveis com a natureza do objeto da contratação e com as necessidades assistenciais da unidade hospitalar.

10.4 Dessa forma, resta evidenciado que a contratação observa o princípio do planejamento, encontra-se em consonância com o Plano de Contratações Anual, e guarda aderência aos instrumentos formais de planejamento da Administração, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a regularidade, a rastreabilidade e a coerência entre a demanda formalizada, o objeto pretendido e os atos subsequentes do processo licitatório.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 A aquisição das bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado visa alcançar resultados assistenciais, operacionais e administrativos, alinhados às boas práticas de segurança do paciente e às diretrizes de controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.

11.1 Melhoria da segurança do paciente e da equipe assistencial

11.1.1 A disponibilização contínua das bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado contribui diretamente para:

- a) Execução segura dos procedimentos respiratórios em pacientes intubados, traqueostomizados ou submetidos a aspiração de vias aéreas;
- b) Redução do risco de contaminação cruzada entre pacientes, profissionais e ambiente assistencial, em razão da contenção das secreções no sistema fechado;
- c) Redução da exposição ocupacional a aerossóis potencialmente contaminados, em conformidade com a NR-32;
- d) Prevenção de eventos adversos relacionados ao manejo de fluidos corpóreos e à exposição da equipe a material biológico.

11.2 Qualificação dos processos assistenciais no âmbito do SUS

11.2.1 Espera-se a obtenção de menor número de infecções cruzadas nas unidades de internamento e no Centro Cirúrgico. Este benefício torna-se superlativo quando se observa o elevado número de pacientes com doenças infectocontagiosas atendidos pela unidade hospitalar.

11.2.2 Os sistemas fechados de aspiração possuem filtros que protegem a rede de gases hospitalar, o que diminui a chance de obstrução e mantém a rede em pleno funcionamento, reduzindo intercorrências técnicas e custos de manutenção corretiva.

11.2.3 A contratação está alinhada aos objetivos da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), instituída pela Portaria MS nº 3.390/2013, especialmente no que se refere a:

- a) Segurança do paciente;
- b) Resolutividade assistencial;
- c) Integralidade do cuidado.

11.3 Otimização de recursos materiais e humanos

11.3.1 A utilização de bolsas descartáveis em sistema fechado promove:

- a) Redução da necessidade de esterilização constante dos frascos de aspiração — os frascos reutilizáveis devem ser esterilizados a cada 24 horas, sobrecarregando a Central de Esterilização de Materiais (CME) e aumentando os custos com insumos químicos, energia e mão de obra;
- b) Liberação de capacidade da CME para esterilização de instrumentais cirúrgicos prioritários;
- c) Racionalização do tempo de atuação das equipes multiprofissionais;
- d) Maior previsibilidade de consumo e custos, permitindo planejamento orçamentário mais preciso;
- e) Diminuição de desperdícios e retrabalho decorrentes de falhas no processo de esterilização ou de avarias em frascos reutilizáveis.

11.4 Padronização técnica do cuidado respiratório e cirúrgico

11.4.1 A contratação por lote único contribui para a padronização dos insumos utilizados na assistência respiratória e cirúrgica, fortalecendo:

- a) Os protocolos institucionais de uso seguro do dispositivo;
- b) A rastreabilidade dos materiais empregados;
- c) A conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes (RDC ANVISA nº 222/2018, RDC nº 306/2004, NR-32, CONAMA nº 358/2005, entre outras);
- d) A continuidade do fluxo de abastecimento e distribuição já consolidado pela unidade desde 2020.

11.5 Resultados esperados em termos de economicidade

11.5.1 Os resultados pretendidos envolvem não apenas desfechos assistenciais, mas também eficiência administrativa, previsibilidade orçamentária e redução de riscos sanitários, em consonância com os arts. 5º, 11 e 14 da Lei nº 14.133/2021.

11.5.2 Especificamente, espera-se a redução de custos indiretos com:

- a) Esterilização recorrente de frascos reutilizáveis;
- b) Aquisição e manutenção de vacuômetros (substituídos pela cessão em comodato de dispositivos compatíveis);
- c) Tratamento de infecções cruzadas e uso de antibióticos de alto custo;
- d) Manutenção corretiva da rede de gases hospitalar.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Para a adequada execução do objeto, foram identificadas as seguintes providências prévias:

12.1 Capacitação técnica das equipes

12.1.1 As equipes de Fisioterapia, Enfermagem, Medicina e demais profissionais assistenciais do HRTVM já possuem capacitação contínua relacionada ao manejo das vias aéreas, aspiração de secreções e cuidados com pacientes críticos, em conformidade com:

- a) RDC ANVISA nº 7/2010 (UTI);
- b) RDC ANVISA nº 36/2013 (Programa de Segurança do Paciente).

12.1.2 Adicionalmente, conforme item 3.5 deste Estudo, a contratada será responsável por:

- a) Instalação e colocação em funcionamento dos dispositivos de drenagem cedidos em comodato;
- b) Realização de treinamento da equipe técnica designada pelos setores usuários;
- c) Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos cedidos.

12.2 Adequação da infraestrutura assistencial

12.2.1 A utilização das bolsas coletoras objeto deste processo não requer adaptações estruturais, uma vez que:

- a) O hospital dispõe de infraestrutura assistencial adequada (rede de vácuo, ambientes de UTI, semi-intensiva, enfermarias e Centro Cirúrgico);
- b) Os dispositivos de drenagem (canisters/vacuômetros) compatíveis são fornecidos em regime de comodato pela contratada;
- c) Os ambientes assistenciais atendem às normas sanitárias vigentes;
- d) O sistema já é utilizado pela unidade desde 2020, sem necessidade de novas adaptações.

12.3 Gestão de estoque e logística

12.3.1 O fluxo logístico já se encontra consolidado pela unidade, sendo o armazenamento de responsabilidade da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e a distribuição de responsabilidade da Farmácia Central.

12.3.2 Os setores assistenciais (UTIs, Unidade Semi-Intensiva, enfermarias, Pronto Socorro e Centro Cirúrgico) realizam a avaliação diária da necessidade e formulam o pedido conforme o consumo observado.

12.3.3 O setor de suprimentos do HRTVM deverá assegurar:

- a) Controle de entrada, uso e reposição dos materiais;
- b) Rastreabilidade dos insumos críticos;
- c) Planejamento de reposição conforme consumo histórico e sazonalidade;
- d) Verificação dos prazos de validade e condições de armazenamento.

12.4 Fiscalização do contrato

12.4.1 Previamente à execução contratual, a autoridade competente nomeará, mediante portaria específica, os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 32.449/2023, assegurando a regularidade dos atos de fiscalização ao longo da execução.

12.5 Regularidade fiscal da contratada

12.5.1 Antes da formalização do contrato (ou aceite da Nota de Empenho), o setor competente deverá verificar a regularidade fiscal, tributária e trabalhista da empresa vencedora, com consulta ao SICAF, CEIS, CNEP e demais cadastros aplicáveis, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 A contratação apresenta impacto ambiental considerado baixo a moderado, plenamente passível de controle por meio das rotinas institucionais já existentes e das obrigações contratuais a serem assumidas pela contratada.

13.1 Resíduos gerados

13.1.1 Os materiais descartáveis enquadram-se como Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conforme RDC ANVISA nº 222/2018 e Resolução CONAMA nº 358/2005, devendo ser manejados por meio de:

- a) Segregação adequada no ponto de geração, com acondicionamento em saco vermelho (resíduo infectante), fornecido juntamente com cada bolsa coletora;
- b) Coleta interna conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) da unidade;
- c) Destinação final por empresa especializada, em conformidade com a logística reversa.

13.2 Logística reversa — responsabilidade da contratada

13.2.1 Conforme previsto no Termo de Referência e em atenção ao art. 3º, inciso XXXIV, e ao art. 49 da RDC ANVISA nº 222/2018, a contratada será responsável por:

- a) Recolher semanalmente as bolsas usadas, no local de armazenamento externo de abrigo de resíduos de serviços de saúde da unidade;
- b) Arcar com os custos da coleta, transporte, incineração e destinação final dos resíduos infectantes;

c) Contratar empresa credenciada que atenda a todas as normas da ANVISA (RDC nº 222/2018 e RDC nº 306/2004) e do CONAMA (Resolução nº 358/2005);

d) Apresentar mensalmente o Certificado de Incineração dos resíduos;

e) Apresentar o contrato firmado com a empresa credenciada para destinação final.

13.2.2 Tal exigência constitui aplicação direta do princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto nos arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e do princípio do poluidor-pagador, decorrente da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

13.3 Sustentabilidade e controle de impactos

13.3.1 Embora a contratação envolva materiais descartáveis, a correta utilização e o planejamento de consumo contribuem para:

a) Redução de desperdícios, com a aquisição apenas do quantitativo correspondente ao consumo médio mensal projetado;

b) Uso racional de recursos hospitalares, com a dispensa de processos repetitivos de esterilização e do uso de produtos químicos para limpeza de frascos reutilizáveis;

c) Mitigação de impactos ambientais associados à liberação irregular de efluentes contaminados em redes de esgoto público (decorrente da lavagem de frascos reutilizáveis sem tratamento);

d) Conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), em especial no que se refere à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

13.4 Conformidade legal

13.4.1 A contratação está em conformidade com:

a) Lei nº 12.305/2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos;

b) RDC ANVISA nº 222/2018 — gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;

c) RDC ANVISA nº 306/2004 — em especial o item 5.4.1, sobre descarte de resíduos infectantes;

d) Resolução CONAMA nº 358/2005 — tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde;

e) Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HRTVM.

13.4.2 Dessa forma, os impactos ambientais decorrentes da contratação são conhecidos, mensuráveis e adequadamente gerenciados, não constituindo óbice à contratação.

14. ANÁLISE DE RISCOS

14.1 Em cumprimento ao disposto no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, foi elaborada a Análise de Riscos da presente contratação, identificando-se os principais riscos relacionados ao planejamento, à execução contratual, à fiscalização e ao recebimento do objeto, com a respectiva avaliação de probabilidade e impacto e a definição de ações preventivas e de contingência.

14.2 Considerando a recomendação exarada pela Procuradoria-Geral do Estado no Parecer nº 176/2026/PGE (item 3.1.6), a Análise de Riscos foi extraída para documento apartado, devidamente assinado pela autoridade competente, e juntada aos autos como anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

14.3 Remete-se, portanto, ao documento próprio "Análise de Riscos" acostado aos autos do processo SEI nº 00611137.000015/2025-82, para conhecimento dos riscos identificados, suas avaliações e respectivas ações preventivas e de contingência.

15. PARECER CONCLUSIVO — VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 Após análise detalhada dos aspectos técnicos, operacionais, econômicos, assistenciais, sanitários, ambientais e jurídicos, conclui-se que a contratação é viável, necessária e vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e à continuidade dos serviços de saúde.

15.1 Viabilidade técnica

15.1.1 As bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado objeto da contratação — em suas três configurações (1 litro, PRÉ 2 litros e FINAL 2 litros) — são amplamente utilizadas na prática clínica, estando em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes (RDC ANVISA nº 36/2013, RDC nº 63/2011, RDC nº 222/2018, RDC nº 306/2004, NR-32 e Resolução CONAMA nº 358/2005).

15.1.2 Os itens apresentam aderência plena às necessidades assistenciais do HRTVM, sendo indispensáveis para:

a) A execução segura de procedimentos respiratórios em pacientes intubados e traqueostomizados;

b) O manejo de fluidos corpóreos em procedimentos cirúrgicos;

c) O controle de aerossóis e a prevenção de infecções cruzadas.

15.1.3 Há evidência científica robusta da superioridade do sistema fechado em relação ao sistema aberto (frascos reutilizáveis), conforme literatura indicada no item 4.3.1 deste Estudo.

15.2 Viabilidade operacional

15.2.1 A unidade hospitalar dispõe de infraestrutura assistencial adequada para a utilização dos materiais, não sendo necessárias adaptações estruturais ou tecnológicas, dado que o sistema é utilizado pelo HRTVM desde 2020.

15.2.2 As equipes multiprofissionais encontram-se devidamente capacitadas para o uso dos insumos, e os fluxos operacionais de suprimento, armazenamento, distribuição e descarte já estão estabelecidos, sem barreiras logísticas ou operacionais para a execução imediata da contratação.

15.2.3 A previsão da cessão de dispositivos de drenagem em comodato pela contratada (item 3.5) elimina a necessidade de investimento patrimonial pela Administração e garante a interoperabilidade técnica do conjunto.

15.3 Viabilidade econômica

15.3.1 A contratação dos itens, dimensionada com base no consumo médio mensal histórico projetado para 09 (nove) meses, mostra-se economicamente adequada, compatível com a demanda assistencial e com os preços praticados no mercado institucional.

15.3.2 A estimativa preliminar de valor foi fundamentada em referências históricas da própria unidade (processo SEI nº 00611137.000037/2024-61) e em consulta preliminar ao Banco de Preços em Saúde, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e planejamento, sem prejuízo da posterior realização da pesquisa mercadológica formal pelo setor competente.

15.3.3 O valor unitário referencial adotado (R\$ 84,00) encontra-se dentro da faixa de mercado identificada (R\$ 82,00 a R\$ 94,86) e abaixo da média nacional (R\$ 90,01), demonstrando vantajosidade econômica para a Administração.

15.3.4 A análise do ciclo de vida do objeto demonstra que, embora apresente custo unitário superior ao sistema aberto, o sistema fechado proporciona economia global quando considerados:

a) A redução da sobrecarga da Central de Esterilização;

b) A dispensa de aquisição independente de vacuômetros;

c) A redução de eventos adversos e do uso de antibióticos de alto custo;

d) A conformidade legal-sanitária, evitando passivos ambientais futuros.

15.4 Viabilidade jurídica

15.4.1 A contratação observa os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, em especial:

a) Art. 5º — princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade;

b) Art. 11 — objetivos do processo licitatório, em especial a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração;

c) Art. 18 — fase preparatória, com elaboração de ETP, TR e Análise de Riscos;

d) Art. 23 — estimativa de valor e pesquisa de preços;

e) Art. 28, II, e Art. 6º, XLI — adoção da modalidade Pregão para bens comuns.

15.4.2 O processo encontra-se devidamente instruído com:

a) Justificativa da necessidade;

b) Descrição da solução como um todo;

c) Análise de alternativas e levantamento de mercado;

d) Estimativa de quantidades, com memória de cálculo;

e) Estimativa preliminar de preços, com indicação das fontes;

f) Justificativa da adjudicação por lote;

g) Alinhamento com o Plano de Contratações Anual;

h) Avaliação de impactos ambientais;

i) Análise de Riscos (em documento apartado).

15.4.3 Foi adicionalmente observada a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado constante no Parecer nº 176/2026/PGE, tendo o presente Estudo sido revisado para atender pontualmente às ressalvas exaradas pelo órgão de assessoramento jurídico.

15.5 Conclusão

15.5.1 Diante do exposto, conclui-se que a aquisição das bolsas coletoras descartáveis em sistema fechado:

- a) É tecnicamente adequada e respaldada por evidências científicas robustas;
- b) É operacionalmente exequível, considerando a infraestrutura existente e o histórico de utilização desde 2020;
- c) É economicamente razoável e vantajosa, com estimativa preliminar abaixo da média de mercado;
- d) É juridicamente segura, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- e) Contribui para a qualidade e segurança da assistência prestada aos usuários do SUS;
- f) Reduz riscos sanitários e assistenciais relacionados à contaminação cruzada e à dispersão de aerossóis;
- g) Atende a normas técnicas, sanitárias e ambientais vigentes;
- h) Fortalece a resolutividade hospitalar do HRTVM.

15.5.2 Assim, opina-se favoravelmente pela continuidade do processo de contratação, com base no presente Estudo Técnico Preliminar.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Nickson Melo de Moraes

Fisioterapeuta — CREFITO/RN nº 129976-F

Matrícula nº 198629-5

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Liduina Maria Cavalcante — Farmacêutica — Matrícula nº 204565-6

João Inácio Lopes Batista — Farmacêutico — Matrícula nº 217759-5

Clever Márcio dos Santos Silva Filho — Ass. Téc. Saúde — Matrícula nº 227072-2/V2

Mossoró, 13 de maio de 2026.

Referência: Processo nº 00611137.000015/2025-82	SEI nº 41293558
---	-----------------

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

(SEI ID Nº 40384568)

Minuta de Contrato

Processo nº 00611137.000015/2025-82

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA – HRTVM
Rua Projetada, S/N, Aeroporto, CEP 59607-100, Mossoró/RN
Telefone: (84) 3315-3380 – <http://www.saude.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº xxx /2026 – HRTVM

Pregão Eletrônico nº 9000x /2026.

Processo SEI nº 00611137.000015/2025-82.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP/RN, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA – HRTVM E A EMPRESA _____ COM OBJETIVO DE: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR (BOLSAS DE ASPIRAÇÃO DE FLUÍDOS E SECREÇÕES) DESTINADOS AO SETOR DE FISIOTERAPIA DESTA UNIDADE HOSPITALAR.

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública – SESAP/RN (Órgão da Administração Direta), por intermédio do **HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA – HRTVM**, inscrito no CNPJ sob o nº **08.241.754/0104-50**, com sede na **Rua Projetada S/N, Aeroporto, CEP 59607-100, Mossoró/RN**, neste ato representado pelo(a) Sr(a). **ANA KARINA DA SILVA FREIRE NÓBREGA DE ARAÚJO**, Diretor(a) de Unidade de Saúde (**DUS I**) SESAP/RN – Matrícula nº **250.546-0**, com atribuições de **Diretor(a) Geral**, nomeada por Ato Público do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/RN nº 15.855, de 19 de fevereiro de 2025, republicado por incorreção no DOE/RN nº 15.872, de 18 de março de 2025, de agora em diante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____, com sede na **Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, Cidade _____/____**, representada por seu Sócio-administrador/Titular/Procurador o(a) Sr(a). _____, aqui denominada apenas **CONTRATADA**, consoante as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, do Decreto Estadual nº 32.449/2023, e da Lei nº 8.078/ 1990 – Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **9000x_/2026**, do tipo **Menor Preço por Lote**, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **Aquisição de materiais médico-hospitalares (bolsas de aspiração de fluidos e secreções)**, destinados ao abastecimento do **Setor de Fisioterapia do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM**.

1.2. Objeto da Contratação:

LOTE 1	CATMAT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / APRESENTAÇÃO	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1.1	-	Bolsa coletora descartável em “sistema fechado” para armazenagem e descarte de líquidos corpóreos (até 1 litro), flexível, com lacre, confeccionada em material plástico, contendo válvula anti refluxo e válvula anti transbordamento, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com chave de ligar e desligar independente, regulador que garante a pressão ofertada, acompanhada de extensão estéril de 2 m em PVC, descartável, com obturador, e saco de	Unidade	3.314	-	-

		<p>lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.</p> <p>MARCA/MOD: _____.</p>				
1.2		<p>Bolsa coletora (PRÉ) descartável em “sistema fechado” para armazenagem e descarte de grandes volumes de líquidos corpóreos (até 2 litros), corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação, com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com botão que permite ligar e desligar de forma automática, vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC 36, que permite a formação de um circuito interligado de 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros, acompanhada de extensão estéril de 3 m em PVC, descartável, com obliterador, e saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.</p> <p>MARCA/MOD: _____.</p>	Unidade	3.390		
1.3		<p>Bolsa coletora (FINAL) descartável em “sistema fechado” para armazenagem e descarte de grandes volumes de líquidos corpóreos (até 2 litros), corrugada, confeccionada em polietileno, com anel de vedação, com válvula diafragma unidirecional antirrefluxo e válvula hidrofóbica antitransbordamento, compatível com equipamento mecânico de aspiração a vácuo, com botão que permite ligar e desligar de forma independente, vacuômetro e regulador de pressão integrados, em atenção à RDC 36, que permite a formação de um circuito interligado de 4 (quatro) bolsas, com capacidade para aspirar até 8 (oito) litros, acompanhada de saco de lixo vermelho para descarte de conteúdo infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA e CONAMA 358.</p> <p>MARCA/MOD: _____.</p>	Unidade	396		
TOTAL GERAL R\$						
.....						

1.3. Vinculam esta contratação, aos documentos abaixo elencados, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo;

1.3.3. A Proposta de Preços da empresa;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste instrumento contratual é celebrada com base no resultado homologado pela autoridade competente (**Diretor(a) Geral**) em __xx__/_xx_/2026, e adjudicação do Certame Licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 9000x/_/2026**, tipo **Menor Preço por Lote**, regido pelos ditames da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do **Decreto Estadual nº 32.449/2023**, e alterações posteriores, bem como pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e, em especial, o **Código Civil – Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002, e o **Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990, no âmbito do **Processo SEI nº 00611137.000015/2025-82**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano(s)**, com validade a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da sua publicação e com vigência de __xx__/_xx_/2026 até __xx__/_xx_/2027, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do disposto nos artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. Ao presente instrumento contratual é atribuído o valor estimativo total de R\$ ____,____,____ (_____), a serem distribuídos em **03 (três)** parcelas dimensionadas, sendo a **1ª (primeira)** no valor estimativo de R\$ ____,____,____ (_____), a **2ª (segunda)** no valor estimativo de R\$ ____,____,____ (_____) e a **3ª (terceira)** no valor estimativo de R\$ ____,____,____ (_____).

4.1.2. O valor constante do item acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato, serão custeadas com recursos oriundos de créditos orçamentários consignados à CONTRATANTE, para o exercício vigente **2026**, conforme a classificação orçamentária abaixo detalhada:

Unidade Gestora: 241316 Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM

Classificação Funcional Programática: 24.131.10.302.0303 - 238201 – Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências.

Natureza da Despesa: 3.3.90.30-36 – Material Hospitalar (exceto medicamentos).

Fonte de Recurso: 0.5.00.000000 Recursos não vinculados de impostos.

5.2. As despesas para os exercícios subsequentes, *quando for o caso*, serão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento da mesma finalidade do objeto, a ser consignada à CONTRATANTE após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual – LOA, e, a liberação dos créditos orçamentários correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) pela Unidade Gestora/Orçamentária requisitante SESAP/RN – HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA ou pelo (Fundo Estadual de Saúde – FES), conforme o caso, através do domicílio bancário (*banco, agência e conta bancária*) vinculado ao CNPJ da empresa indicado no ato da apresentação da proposta e/ou da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados/empenhados.

6.2. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que consistirá em:

6.2.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

6.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

6.7. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional "real" ou moeda sucedânea, no Banco: _____, Agência: ____-__, C/C: ____-__.

6.8. Os demais critérios de *pagamento*, bem como os de *recebimento/liquidação* estão dispostos no "Item 8 – Critérios de Pagamento" do Termo de Referência – TR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

7.2. No caso de formalização de contrato:

7.2.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, pelo prazo de **01 (um)** ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de **01 (um)** ano, aplicando-se como índice de reajuste o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, apurado, nos últimos **12 (doze)** meses, pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de **01 (um)** ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.2.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, nos termos do caput do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2001.

8.1.1. Conforme consta no "caput" do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2001 "**A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos**".

8.1.2. Não obstante a discricionariedade, explícita na legislação, de poder exigir ou não "**prestação de garantia nas contratações**", a **autoridade competente**, em razão do presente processo ser considerado de baixo vulto financeiro, de baixo nível de complexidade técnica, de baixo risco de execução, e, como forma de ampliar a competitividade e a busca mercadológica, por se tratar de equipamento/produto de pronta entrega, não gerando assim obrigação futura além das garantias previstas no Código de

Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e no Termo Contratual, bem como não ter sido identificado outros parâmetros que elevem os cuidados necessários quanto à exigência da prestação de garantia, ***opta por não exigir garantia de execução*** para a presente contratação.

CLÁUSULA NONA – DA SOLICITAÇÃO, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A(s) solicitação(ões) será(ão) dividida(s), ***em até 03 (três) parcelas*** dimensionadas de acordo com a necessidade e a critério da CONTRATANTE, pelo Setor: **Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF** ou **Setor de Fisioterapia**, mediante contato por correio eletrônico ou outro sistema telemático a critério da CONTRATANTE.

9.1.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar dessa possibilidade para retardar a entrega, e, no caso de ocorrência, incidirá as penalidades e sanções administrativas.

9.2. O objeto da contratação deverá ser entregue na(s) Unidade(s) Hospitalar(es) abaixo relacionada(s), no horário das **8h00min** às **12h00min** de segunda a sexta-feira, sendo o objeto, posteriormente, conferido e atestado pelo(s) servidor(es) competente(s), especialmente designado(s) para este fim:

- **Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM**, com endereço na **Rua Projetada, S/N, Aeroporto, CEP 59.607-100, Mossoró/RN** [Setor: **Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF**, contato: *telefone/e-mail (84) 3315-3408 – cafhrtm@gmail.com*]

9.3. O prazo máximo de entrega do objeto licitado será de **20 (vinte) dias**, contados da data da convocação expressa, encaminhada pela CONTRATANTE, juntamente com a Nota de Empenho.

9.3.1. Até 24 (vinte e quatro) horas anterior ao final do prazo estabelecido para a entrega, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE, prorrogação, por igual período, do prazo de entrega definido no Contrato, desde que justificada e comprovada as suas alegações. Suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento, pela CONTRATADA, da comunicação acerca da decisão da CONTRATANTE de aceitar/acatar, ou não, nova data para a entrega. *A comunicação será realizada pelo servidor especialmente designado para recebimento, acompanhamento e fiscalização do objeto.*

9.4. O(s) equipamento(s)/produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) de acordo com as especificações, condições e prazos propostos no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, acondicionado(s) em embalagem(ns) própria(s) que o(s) proteja(m), sem ranhuras ou deformidades, bem como sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

9.4.1. A entrega do(s) equipamento(s)/produto(s) deverá ser de acordo com o especificado no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, tanto na descrição quanto na quantidade e qualidade.

9.4.2. O(s) produto(s) objeto da contratação deve ser de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a **12 (doze) meses**, quando da entrega do(s) mesmo(s), ou seja, uma vida útil não inferior ao período de **01 (um) ano** a partir da entrega do(s) produto(s) na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

9.4.3. A Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s) deve conter: Denominação genérica, conforme a Nota de Empenho, e o seu o seu respectivo nome comercial (quando houver), lote, validade, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário, valor total, número do empenho, número do processo e da Ata de Registro de Preços (quando for o caso). Não será aceito nome comercial na Nota Fiscal, caso isso ocorra motivará o não recebimento do(s) produto(s).

9.4.4. É de responsabilidade da CONTRATADA/TRANSPORTADORA a contratação de mão de obra para efetuar a descarga do veículo, separando os produtos por tipo, validade, lotes e acomodar os volumes no palete, *caso a carga esteja paletizada com indicado pelo fabricantes.*

9.4.4.1. A falta de ajudantes acarretará a devolução da entrega, o mesmo ocorrerá se estiverem sem o EPI's;

9.4.4.1.1. Qualquer transação comercial de contratação de ajudante não é de responsabilidade da CONTRATANTE e não pode ocorrer nas instalações do(s) local(is) de recebimento. A CONTRATANTE não realiza nenhuma cobrança para recebimento de cargas, cobranças indevidas podem ser denunciadas pelos canais de ouvidoria do SUS – *pelo preenchimento de formulário no site www.saude.rn.gov.br*.

9.4.4.2. A CONTRATANTE não realiza nenhuma cobrança monetária para recebimento de cargas

9.5. O(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, *no ato da entrega*, por servidor(es) especialmente designado(s) para efetuar o acompanhamento e a fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, do Edital, da Proposta de Preços e do instrumento contratual.

9.5.1. Não sendo satisfeita as exigências contidas no Termo de Referência, no Edital, na Proposta de Preços e no instrumento contratual, o(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) devolvido(s), no todo ou em parte, devendo ser(em) substituído(s) no prazo máximo de até **10 (dez) dias** úteis, contados da solicitação de substituição feita pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização do contrato, cabendo à CONTRATADA todos os ônus da devolução e do reenvio do(s) mesmo(s).

9.5.1.1. Caixas violadas ou molhadas, ausência na identificação do lote e validade nos produtos, mesmo que detectados após o recebimento provisório, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos nos mesmos prazos e condições

contidos no subitem anterior, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. O(s) equipamento(s)/produto(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo máximo de até **10 (dez)** dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, e, consequentemente da aceitação, mediante *recibo* ou *termo circunstanciado* (quando for o caso).

9.6.1. Na hipótese da verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

9.6.2. A aceitação do objeto desta licitação somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, por servidor(a), designado(a) especialmente para este fim, ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, em tempo hábil, sempre que ocorrer falha.

9.7. O recebimento e aceitação do objeto pelo CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, assim como por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, seus anexos e na proposta vencedora, posteriormente verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1 O(s) produto(s) objeto da contratação deve ser de fabricação recente, com prazo de validade não inferior a **12 (doze)** meses, quando da entrega do(s) mesmo(s), ou seja, uma vida útil não inferior ao período de **01 (um)** ano a partir da entrega do(s) produto(s) na unidade solicitante, exceto nos casos previstos em legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

11.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos;

11.3.1. O(s) representante(s) da Administração, fiscal(is) do contrato, anotar(ão) em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.3.2. O(s) fiscal(is) do contrato informará(ão) a seu(s) superior(es), em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência(s) que ultrapasse(m) sua(s) competência(s);

11.4. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

11.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

11.6. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

11.6.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

11.7. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade do(s) equipamento(s)/produto(s), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e será exercido por representante da Administração, *gestor e fiscal de contrato – ou seu(s) substituto(s)*, especialmente designado(s) na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observado ainda os termos do art. 7º, e, do inciso III do art. 104, do referido instrumento normativo;

11.7.1. Ficam responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, os(as) servidores(as) abaixo relacionados/identificados:

Nome do(a) servidor(a)	Matrícula nº	Designação/Função
_____	____-____-____	Gestor(a) – Titular
_____	____-____-____	Gestor(a) – Substituto(a)

_____	____-____-____	Fiscal – Titular
_____	____-____-____	Fiscal – Substituto(a)

11.8. Os demais critérios de *gestão*, bem como as atribuições do *Gestor e Fiscal* do contrato estão dispostos no “Item 7 – Modelo de Gestão do Contrato” do Termo de Referência – TR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

São obrigações e responsabilidades das partes afora outras previstas no presente Contrato, e às que por Lei lhe couberem:

12.1. DA CONTRATADA:

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1 efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições e arcar com os custos de entrega, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, lote, e quantidade;

12.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os [artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

12.1.3 reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

12.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5 atender prontamente às exigências da CONTRATANTE, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.1.6 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

12.1.7 responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.1.8 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2 A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

12.3 Fornecer apoio técnico e treinamento para uso do(s) produto(s) contidos no presente Termo de Referência;

12.4 A empresa vencedora do **item 01 do lote 1** está obrigada a fornecer, na forma de cessão, sem ônus para o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM, **40 (quarenta)** unidades de Dispositivos de Drenagem compatíveis com as bolsas coletoras, além de instalar, colocar em funcionamento e realizar as manutenções (preventiva e corretiva) do referido equipamento. A bolsa deverá acompanhar saco de lixo na cor vermelha, para correto descarte do material infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306. Todos os itens do lote deverão ter registro na ANVISA;

12.5 A empresa vencedora dos **itens de 02 e 03 do lote 1** está obrigada a fornecer, na forma de cessão, sem ônus para o Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia – HRTVM, **05 (cinco)** unidades de Dispositivos de Drenagem compatíveis com as bolsas coletoras, além de instalar, colocar em funcionamento e realizar as manutenções (preventiva e corretiva) do referido equipamento. As bolsas deverão acompanhar saco de lixo na cor vermelha, para correto descarte do material infectante, conforme item 5.4.1 da RDC 306. Todos os itens deverão ter registro na ANVISA;

12.6 Ceder na qualidade de fornecedor da(s) Bolsa(s) Coletora(s), os seguintes equipamentos:

12.6.1 Para o **item 01 – 40 (quarenta) unidades**: Dispositivo para drenagem de fluidos por sucção à vácuo, desmontável e lavável, contendo regulador de pressão integrado com sistema de trava e botão liga/desliga independente, canister transparente para

encaixe da bolsa e conector do vácuo, distribuídos nos setores usuários;

12.6.2 Para os **itens 02 e 03 – 05 (cinco) unidades**: Dispositivo para drenagem de fluidos por sucção à vácuo, desmontável e lavável, canisters para encaixe de pelo menos **04 (quatro)** bolsas coletoras montado sobre suporte metálico com rodas giratórias, vacuômetro integrado e conector do vácuo, nos setores usuários;

12.7 Todos os equipamentos cedidos devem estar em perfeitas condições de uso e devem ser compatíveis com as bolsas adquiridas. Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como garantia de substituição dos mesmos em caso de quebra ou defeito, além do treinamento de toda equipe técnica designada pelos setores usuários do dispositivo;

12.8 Providenciar, as suas expensas, na qualidade de fornecedora da(s) bolsa(s), a entrega e a instalação dos dispositivos de drenagem de fluidos nos setores, de acordo com as descrições e os quantitativos relacionados, tanto no Termo de Referência, quanto no Edital, bem como cumprir as obrigações previstas no subitem 13.6 no prazo de até **30 (trinta) dias** a contar da data de assinatura;

12.9 Após o recebimento, os equipamentos deverão ser encaminhados, inicialmente na UTI ou no Bloco Cirúrgico, após prévio agendamento. Caberá as chefias dos respectivos Serviços, indicar os locais onde deverão ser entregues os equipamentos correspondentes aos outros setores, de acordo com as especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência e no Edital;

12.10 Colocar os equipamentos em funcionamento após teste, ajuste e treinamento do pessoal técnico dos setores usuários, designado pelo setor;

12.11 Disponibilizar em cada setor usuário um coletor de resíduos com tampa e pedal, devidamente identificado, de acordo com a Resolução RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004;

12.12 Fornecer todos os insumos e acessórios para o uso adequado dos equipamentos;

12.13 Recolher as bolsas usadas **semanalmente** no local de armazenamento externo de abrigo de resíduos de serviços de saúde;

12.14 Responsabilizar-se pela logística reversa das bolsas contendo os resíduos infectantes, tendo, portanto, que arcar com os custos da coleta, transporte, incineração e destinação final destes resíduos, através de empresa credenciada e que atenda a todas as normas da ANVISA (RDC nº 306) e CONAMA (RESOLUÇÃO nº 358), além de apresentar mensalmente o certificado de incineração, apresentar o contrato com a empresa credenciada;

12.15 Prestar assistência técnica aos equipamentos cedidos de forma eficaz e imediata, dentro do prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação feita pelo(s) gestor(es) e/ou fiscal(is) do contrato;

12.16 Na impossibilidade de resolução do problema, substituir, as peças ou o equipamento sem condições de funcionamento ou que não apresente produtividade satisfatória, por outro similar, no prazo máximo de até **72 (setenta e duas) horas**.

12.2. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

12.2.1 Todos os produtos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante.

12.2.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.2.3. Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira.

12.2.4. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

12.2.5. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

12.2.5.1. O manual ofertado em português

12.2.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

12.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.3.1. A exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações

contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado"

Esclarecemos também que o(s) equipamento(s)/produto(s) que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

12.3.2. Considerando que os objetos pleiteados seguem regime de Vigilância Sanitária, o distribuidor deverá ser empresa idônea, inspecionada periodicamente e assegurem que a qualidade de seus produtos atendam aos requisitos técnicos necessários. Sendo assim, seguindo a Portaria GM/MS nº 2814 de 29 de maio de 1998, Art. 5º (alteração dada pela Portaria 3.765, de 25 de outubro de 1998), necessitam fornecer, conforme solicitação da instituição, a Licença Sanitária de Funcionamento Estadual ou Municipal bem como a Comprovação da Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa e do fabricante ou importador.

12.3.3. O Licitante deverá apresentar, no que couber, os seguintes documentos:

12.3.3.1. Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

12.3.3.2. Comprovação de Autorização de Funcionamento, conforme Art. 2º e 50 da Lei nº 6.360, concedido pelo Ministério da Saúde;

12.3.3.3. Apresentar comprovante do registro do insumo na Anvisa ou Comprovante da Notificação Simplificada;

12.3.4. Para propostas de medicamentos que contenham substâncias constantes no Anexo I do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, Portaria nº344, de 12 de maio de 1998, deverão apresentar cópia da Autorização Especial, conforme Art. 2º da referida Portaria.

12.3.5. Os itens que estejam sujeitos a controle especial devem ser sinalizados na proposta como integrantes da "PORTARIA 344/98".

12.4. DA CONTRATANTE:

12.4.1. São obrigações da Contratante:

12.4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

12.4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.4.1.3. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

12.4.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.4.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.4.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.4.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso.

12.4.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial para execução do objeto contratado ou ainda a cessão ou transferência total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que: sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato.	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3. A sanção de **“Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar”** precedida de análise jurídica, será de **competência exclusiva** do(a) **Secretário(a) Estadual de Saúde**.

15.4. As sanções mencionadas no quadro podem ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.4.1. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas:

15.4.1.1. A sanção por multa, calculada em caso de atraso na entrega do(s) produto(s), será cobrada no valor correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, podendo chegar até no máximo de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do(s) produto(s)/insumo(s) em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (*caso tenha sido exigida*) ou será cobrada judicialmente.

15.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, *até o art. 136 (Capítulo VII)* da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

17.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

17.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

18.1. É vedado à CONTRATADA:

18.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

18.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 32.449/2023, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, bem como as normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte – DOE/RN, bem como no sítio oficial na internet e no Portal Nacional de Contratações Pública – PNCP, na forma prevista, respectivamente, no art. 91, caput, e no art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró, cidade do Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E para maior firmeza e validade, e como prova de assim haver entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Mossoró/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)

Diretor(a) Geral do HRTVM

(assinado eletronicamente)

Representante Legal da CONTRATADA

Testemunhas:

ANEXO

III

Modelo da Proposta de Preços Final

Pregão Eletrônico 90008/2026

Processo Administrativo: (nº 00611137.000015/2025-82)

Sr(a). Pregoeiro(a),

Seguindo os ditames editalícios, apresento a V.Sa a nossa proposta de preços para o Pregão Eletrônico 90008/2026 - HRTVM, conforme itens a seguir relacionados, especificados de acordo com Anexo I, do Edital:

Item	Descrição/Especificação	Fabricante/ Marca	Unidade de Medida	Quant.	V. Unitário	V. Total
01						
.....						
.....						

Descrições Técnicas (detalhamento do produto):

Valor total da proposta:

Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.

Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros etc.

Prazo de entrega: 00 dias corridos, contado a partir da data da assinatura do contrato ou equivalente.

Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, e o nosso telefone para contato é o _____, fax _____ e e-mail _____.

Atenciosamente,

Cidade/UF, 00 de 00 de 2026.

Diretor ou representante legal - RG/CPF

Outro formato de proposta poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e os itens solicitados.

[Incluir o texto de cada anexo que precisar constar diretamente no teor do Edital]